



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUAN GUILHERME VERMEULEU LIMA

O EXÉRCITO BRASILEIRO, GÓES MONTEIRO E O PROCESSO DE  
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

BRASÍLIA  
DEZEMBRO/2023

LUAN GUILHERME VERMEULEU LIMA

O EXÉRCITO BRASILEIRO, GÓES MONTEIRO E O PROCESSO  
DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas  
da Universidade de Brasília como requisito parcial para a  
obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Dra. Ione de Fátima Oliveira

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira (Orientadora)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto  
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília

Dezembro/2023

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivanilde e Manoel.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, Ivanilde e Manoel, que mesmo não sendo alfabetizados, nunca deixaram de me incentivar para os estudos por acreditarem na educação como instrumento para a mudança social. A vitória da conclusão deste curso devo ao trabalho e ao suor dos senhores na luta diária no campo.

Meus agradecimentos ao meu marido, Eduardo Augusto, por sempre acreditar que tudo seria possível, bastando esforço e dedicação.

Agradeço também a dois profissionais que fizeram parte da minha história acadêmica. À Dra. Vanessa Scheunemann por seus valiosos conselhos que me fizeram prosseguir com retidão. Ao Dr. Fábio Coelho Neto, que, sem demagogia, salvou minha vida em um momento que nem eu mais acreditava que seria possível, meu muito obrigado.

Sou muito grato aos meus amigos Jonatas, Emerson e Igor, pelos anos de companhia na graduação junto à Universidade de Brasília.

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Ione de Fátima Oliveira, pelo seu profissionalismo e sua paciência em me nortear na construção deste trabalho.

A Deus, pela finalização do Trabalho de Conclusão de Curso.

## Resumo

Esta pesquisa busca entender o processo de modernização das Forças Armadas brasileiras e seus elos com a nação. A partir dos anos de 1930 a influência do Exército tornou-se mais proeminente, trazendo para o bojo da corporação uma visão modernizante das Forças Armadas e da nação. O Exército, força militar mais relevante no cenário brasileiro, haja vista seu contingente, aparato orçamentário e influência política, atuou na mudança institucional que aconteceu no Brasil desde o início da República. O foco desse trabalho, portanto, é examinar o processo de modernização institucional que ocorreu no seio do Exército brasileiro, observando a importância das missões estrangeiras, a reestruturação educacional militar e a organização dos órgãos superiores, como o Estado-Maior do Exército, Estado-Maior Geral e o Estado-Maior das Forças Armadas. O general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, articulador do pensamento militar entre os anos de 1930 e o início da década de 1950, recebeu destaque por ter sido o personagem de proa na criação do Estado-Maior das Forças Armadas. Para alcançar tal objetivo, fizemos uma discussão com a historiografia pertinente ao tema e utilizamos como fontes a legislação sobre a criação dos órgãos superiores e os documentos do Estado-Maior do Exército, as Atas do Conselho Superior de Segurança Nacional entre os anos de 1939 e 1950 e a biografia do general Góes Monteiro, escrita por Lourival Coutinho: *O general Góes depõe*.

**Palavras-chave:** Exército; Forças Armadas; Estado-Maior; Góes Monteiro; Modernização institucional.

## Abstract

This research inquires to analyze the modernization process of the Brazilian Armed Forces and their links with the nation. From the 1930's onwards, the Army's influence became more prominent, bringing to the corporation a modernizing vision of the Armed Forces and the nation. The Army, the most relevant military force in the Brazilian scenario, has its contingent, budgetary apparatus and political influence, active in the institutional change that has occurred in Brazil since the beginning of the Republic. The focus of this work, therefore, is to examine the process of institutional modernization that occurred within the Brazilian Army, observing the importance of foreign missions,

military educational restrictions and the organization of higher bodies, such as the Army General Staff, State- Major General and the General Staff of the Armed Forces. General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, articulator of military thought between the 1930s and the beginning of the 1950s, received prominence for having been the leading figure in the creation of the General Staff of the Armed Forces. To seek this objective, we discussed the relevant historiography on the topic and used as sources the legislation on the creation of higher bodies, as well as documents from the Army General Staff, the Minutes of the Superior National Security Council between the years 1939 and 1950 and the biography of General Góes Monteiro, written by Lourival Coutinho: General Góes testifies.

**Keywords:** Army; Armed forces; General Staff; Góes Monteiro; Institutional modernization.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A conjuntura durante a Primeira República e as transformações modernizantes.....	12
1.1 O Exército dividido: questões políticas e institucionais.....	14
1.2 O tenentismo e sua atuação durante a Primeira República.....	15
1.3 O recrutamento e treinamento de oficiais: os rumos da modernização.....	19
CAPÍTULO 2 – A reorganização do Estado-Maior do Exército nos anos de 1930 e sua atuação pela modernização da instituição.....	23
2.1 A perspectiva modernizante do Exército após 1930 e o ensino militar.....	25
2.2 O Estado-Maior do Exército e o Estado Novo.....	27
2.3 O Estado-Maior do Exército na formulação dos projetos econômicos.....	30
CAPÍTULO 3 – As preocupações com a guerra moderna: a criação do Estado-Maior das Forças Armadas.....	33
3.1 O Estado-Maior Geral e o Estado-Maior das Forças Armadas: experiências de unificação das forças militares.....	34
3.2 A Escola Superior de Guerra na modernização das Forças Armadas brasileiras.....	36
3.3 Góes Monteiro, o nacionalismo e a integração das Forças Armadas.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
FONTES.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

## INTRODUÇÃO

A proclamação da República é um marco referencial importante para entendermos a posição que o Exército passou a ocupar no desenrolar dos acontecimentos políticos da nação. Um aspecto peculiar quando observamos a História do Exército brasileiro é o fato de que, da queda da Monarquia até o final da Primeira República, oficiais superiores e a baixa oficialidade/subalternos se colocaram de modo antagônico, cada lado representando seus próprios interesses, gerando, dessa forma, no seio da caserna, um sentimento de rivalidade, abrindo espaço para que revoltas implodissem a estrutura hierárquica e a cadeia de comando.

A gênese destes movimentos reivindicatórios, dentro do Exército, pode ser atribuída ao atrasado sistema de promoções, às péssimas condições de infraestrutura, ao ensino retórico, ao tratamento interpessoal na instituição e aos fatores políticos. Dentre esses movimentos insurrecionais, destacamos a ação dos tenentes. O movimento dos tenentes teve como pano de fundo a contestação da descentralização política na Primeira República (1889-1930), da falta de alternância de poder, das disputas intraelites e das fraudes do sistema eleitoral. Na visão dos militares, isto significava um Exército aliado dos processos econômicos e políticos da nação.

Nas primeiras décadas do século XX, o Exército enfrentava forte aversão por parte da sociedade, especialmente dos setores políticos, já que as oligarquias estaduais dispunham das poderosas Forças Públicas para proteger os interesses das elites regionais. A Revolução Constitucionalista de São Paulo, ocorrida em 1932, evidenciou a necessidade de desarticular as Forças Públicas e fortalecer as forças militares nacionais.

As discussões no seio do comando militar produziram a consciência de que a modernização era necessária para adequar o Exército brasileiro. A partir dos anos de 1910, com a chegada dos participantes da Missão Alemã, e mais especificamente com a realização, em solo nacional, de uma Missão Francesa que trouxe uma considerável estrutura militar, institucionalizou-se uma série de mudanças técnico-militares no Exército brasileiro. A Missão Militar Francesa atuou especialmente no processo de modernização que ocorreu dentro do Estado-Maior do Exército.

O interesse pela História da modernização das Forças Armadas se deu em virtude do forte laço que estas tiveram no desenrolar dos acontecimentos políticos do país, tendo



em vista que desde a proclamação da República o Exército, mais especificamente, se envolveu com o poder estatal, seja por meio dos primeiros presidentes militares, seja pela ação insurrecional na Primeira República, com foco na atuação do movimento tenentista que pressionou o *establishment* político. Estudar o processo de modernização do Exército, suas organizações e as transformações ocorridas em seu interior ao longo da Primeira República e entre as décadas de 1930 a 1950 é o objetivo deste trabalho. Com a chegada de Vargas ao poder, custodiada por uma parte do Exército nacional, podemos visualizar, a partir deste momento, que a força singular se esmerou no compromisso de valorizar a coesão e a disciplina dentro da caserna, sendo a hierarquia o elemento mais importante neste processo de institucionalização, necessário para ressignificar o poder militar.

O estudo da modernização das Forças Armadas justifica-se quando observamos que o processo teve ligação com a modernização que estava em curso na nação. A partir dos anos 1930, o Exército, que se destacou por ser a força mais relevante em termos de contingente, participação no orçamento e influência política, passou a desempenhar um novo papel na sociedade e na estrutura do poder nacional. Ao mesmo tempo, a força terrestre enfrentou o desafio institucional para estabelecer a coesão e a disciplina. Com o advento do Estado Novo, essa perspectiva de modernização exacerbou-se, sendo imperativo que o Exército, avalista do novo regime, contemplates as necessidades de uma instituição forte, coesa e disciplinada, para dar suporte as ordens de seus comandantes, evitando discussões e questionamentos. O foco era eliminar as rupturas e as revoltas que assombravam a força. Buscamos, neste Trabalho de Conclusão de Curso, demonstrar como se deu este processo dentro das Forças Armadas, com ênfase ao estudo da fundação e estruturação de seus órgãos de comandos superiores, como o Estado-Maior do Exército, o Estado-Maior Geral e o Estado-Maior das Forças Armadas, sempre subsidiado pelas discussões historiográficas e a consulta às fontes a respeito do tema.

Foram seis as obras que constituíram o suporte historiográfico deste trabalho. A publicação, *Forças Armadas e Política no Brasil* (2005), de José Murilo de Carvalho, aborda a atuação política das Forças Armadas no Brasil ao longo da República. *História do Estado-Maior das Forças Armadas* (1987), de Paulo da Motta Banha, traz uma análise castrense sobre a História da fundação do órgão superior. *Exército e nação: estudos sobre a História do Exército brasileiro*, que tem Celso Castro como seu organizador, nos apresenta diversos artigos acerca do Exército brasileiro desde a Primeira República até os anos após o golpe civil-militar. Nilton Freixinho, em *Instituições em crise: Dutra e Góes*

Monteiro duas vidas paralelas (1997), avalia a relevância que estes dois oficiais tiveram no desenrolar dos acontecimentos políticos e militares nos anos de 1930. Edmundo Campos Coelho, na obra *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (2000), faz uma análise dos fundamentos ideológicos do Exército no Brasil. Por fim, *A nação armada: ensaios sobre a História do Exército brasileiro* (1982), do brasilianista Frank D. McCann, examina a estrutura funcional das Forças Armadas.

As fontes impresas utilizadas nesta pesquisa foram: a biografia do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, *O general Góes depõe...*, escrita pelo jornalista Lourival Coutinho em 1956, que aborda a vida pública deste militar; e o impresso *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, compilada pelo coronel Diniz Esteves, que reuniu diferentes documentos que compuseram a história do órgão desde sua criação, em 1896, até 1995. Utilizamos também a legislação que regulamentou os órgãos aqui estudados, tais como a Lei nº. 403, de 24 de outubro de 1896; o Decreto-Lei nº. 9.520, de 25 de julho de 1946; a Lei nº. 600-A de 24 de dezembro de 1948; a Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949; e, por fim, as Atas do Conselho Superior de Segurança Nacional entre os anos de 1939 e 1950.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, examinamos os problemas do Exército na Primeira República, destacando os movimentos insurrecionais, as contradições quanto a profissionalização e os rumos para a modernização institucional. No segundo capítulo, evidenciamos o papel que o Estado-Maior do Exército exerceu no processo de modernização da força terrestre, sendo este órgão o responsável pela organização, pelo aperfeiçoamento técnico da instituição e pela formulação de uma doutrina militar. No terceiro capítulo, abordamos a criação do Estado-Maior Geral e do Estado-Maior das Forças Armadas, bem como a criação da Escola Superior de Guerra, instrumentos importantes para a modernização das Forças Armadas. Na esteira dos elementos que conduziram a modernização das forças militares, explanamos neste capítulo os elementos que compuseram o ideário de Góes Monteiro, que, no decorrer do capítulo, é apresentado como um instrumento que serviu de base para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Pretendemos, com este trabalho, demonstrar que as Forças Armadas do Brasil, no século XX, investiram em mecanismos para se institucionalizar, utilizando de elementos contemporâneos emulados de outros exércitos nacionais. A busca pela modernização se

deu por meio de ações concretas, especialmente na reformulação de seus organismos superiores para constituir as Forças Armadas forte, coesa e disciplinada.

## **CAPÍTULO 1 – A conjuntura durante a Primeira República e as transformações modernizantes.**

Neste capítulo, nos deteremos a examinar os problemas do Exército na Primeira República, destacando: as rupturas internas que foram de salutar importância para o delineamento dos rumos do país e da instituição; o falho sistema de recrutamento militar que transformou-se ao longo dos anos e, pouco a pouco, foi sendo incorporado a estrita condução dos militares; as contradições que envolveram a profissionalização e o treinamento do Exército, destacando a perspectiva de construção do Estado-Maior e de suas respectivas escolas; e, por fim, os movimentos de participação política de grupos do Exército e como as doutrinas de intervenção foram fundamentais para moldar os rumos da corporação.

Antes de nos debruçarmos sobre os problemas específicos do Exército, cabe ressaltar que o Brasil não tinha uma cultura de valorização da figura do militar, visto muitas vezes como um elemento de menor importância na sociedade. Essa negativa da sociedade para com os militares, que Olavo Bilac chamou de um “monstruoso divórcio” entre o Exército e a sociedade e fez cindir uma brecha para a desestabilização do Exército durante a Primeira República (BILAC, 1917, p. 23)

A partir da proclamação da República, feita, em suma, por militares, mas ladeada pelos interesses das elites políticas, os militares passaram a envolver-se mais diretamente na política, o que ensejou uma série de problemas para a instituição e para os rumos do país. Para José Murilo de Carvalho, o movimento que levou a proclamação da República foi obra do que ele classificou como primeiro tenentismo, visto que,

não é difícil demonstrar a natureza tenentista do 15 de novembro. Na manifestação a Benjamin Constant, de 28 de outubro, achavam-se presentes os 60 alunos da Escola [...] e oficiais dos três regimentos que se revoltariam a 15 de novembro, o 1º e 9º de cavalaria e o 2º de artilharia. Desses oficiais, nove eram capitães e 28 tenentes e alferes. O pacto de sangue feito por oficiais do 9º, a 11 de novembro, teve a assinatura de cinco capitães, cinco tenentes e 22 alferes; o mesmo pacto, feito pelo 2º de artilharia, envolveu quatro capitães, 15 tenentes e um alferes. O Clube Militar, importante foco de agitação, tinha “insignificante número de oficiais superiores”. (CARVALHO, 2005, p.44)

Esse envolvimento mais direto na política tinha como pano de fundo a necessidade de modernizar a instituição Exército, na intenção de se criar uma identidade militar mais próxima dos exércitos europeus. Todo esse movimento modernizante que tomou forma com os primeiros governos republicanos, que foram de militares, tinha como camada reivindicatória central a base da corporação, ou seja, os oficiais subalternos, por isso “a

identidade militar moderna foi construída a partir do tenentismo profissional e político” (MORAIS, 2013, p. 151).

Com isso, uma nova mentalidade surgiu no Exército, onde a responsabilidade pela modernização do país tornou-se incumbência dos militares, já que estes imaginavam-se como única instituição verdadeiramente nacional, o que não era verdade, já os poderes legislativo e judiciário funcionavam. Porém:

Esta mentalidade transformar-se-á em político-militar, mas, para que o poder militar passe de mero espectro à força político-militar efetiva, há o imperativo da modernização do aparato coercitivo. Ao assumir o poder político ficou evidente, para os militares, que faltava uma liderança com base institucional, isto é, os militares não possuíam uma instituição forte que lhes possibilitasse garantir o exercício produtivo do poder. (MORAIS, 2013, p. 152-153)

Com o poder que as elites oligárquicas regionais assumiram para si, as unidades federativas organizaram polícias estaduais, as denominadas Forças Públicas, que muito desagradavam o Exército. Para Moraes, o poder do Exército, na Constituição de 1891 é reduzido, sendo assim,

no processo de elaboração do texto constitucional, na comissão de juristas, o papel das forças militares é essencialmente diminuto. Conserva-se a proposição liberal, do Império, que associa a defesa da nação brasileira à responsabilidade de todos os cidadãos. Os militares estariam absolutamente subordinados aos civis, sendo o congresso responsável pela definição da política militar. (MORAIS, 2013, p. 155)

Neste esforço de modernização do Exército nacional é preciso conhecer o principal órgão articulador das mudanças dentro da instituição, o Estado-Maior do Exército (EME). Criado em 1896, sua missão era a de dar ao Exército uma estrutura contemporânea, se equiparando, ou ao menos este era o plano, aos exércitos europeus e em especial ao norte-americano, já que muito fora absorvido do EME deste país. As funções do Estado-Maior, listadas no artigo 2º da lei que criou o órgão, se limitaram a dizer que sua incumbência era dar ao país os planos de defesa nacional, vistos como elementos sensíveis para a soberania da nação.<sup>1</sup>

O Estado-Maior brasileiro passou por uma série de reformas ao longo de seus anos de existência. A primeira, certamente, foi com a chegada dos oriundos da Missão Militar Alemã, os chamados jovens turcos, que traziam na bagagem as táticas e os sistemas operacionais do Exército alemão. Posteriormente, em 1920, desembarcou no Brasil a

---

<sup>1</sup> Ver BRASIL. Lei nº. 403, de 24 de outubro de 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html> Acesso em: 23/10/2023.

Missão Militar Francesa, contratada com a função de dar ao EME as bases necessárias para atuar como órgão de chefia do Exército. A reforma feita pelas missões estrangeiras teve um bom resultado e conseguiu, por exemplo, sistematizar os planos de defesa nacional. O contrato com França previa que “A missão francesa é incumbida especialmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária” (ESTEVES, 1996, p. 85). Nota-se, portanto, que o Estado-Maior tinha como principal preocupação a instrução de seus quadros, vistos como deficitário. Por isso, os oficiais franceses aqui lotados se empenharam em dar às escolas militares as características necessárias para a formação de oficiais aptos ao exercício do comando e direção do Estado-Maior. O general Góes Monteiro, oriundo desta missão, declarou sobre sua experiência.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, pensei que os conhecimentos militares que possuía relativos ao Exército alemão me seriam úteis ao receber instrução da Missão Militar Francesa. Mas a verdade é que os métodos de ensino dessa Missão eram inteiramente diferentes dos métodos alemães e dos nossos também, o que significava um outro retardamento para mim e creio que para os meus companheiros. (MONTEIRO In COUTINHO, 1956, p. 3)

Na análise de Edmundo Campos Coelho, o Exército pode ser examinado sobre duas visões: a instrumental e a organizacional. Na instrumental, o Exército adotava uma postura de subserviência a grupos específicos da sociedade, como era o caso das oligarquias e dos setores médios urbanos. Nessa perspectiva, excluía-se o elemento institucional, foco central da visão organizacional do Exército, na qual devia-se considerar o elemento dentro de um sistema com identidade própria, que tinha seus próprios interesses e se manifestava em seu benefício. Esse foi o fruto da política militar, poder decidir sobre seus rumos em uma percepção nacionalista do processo político, pois enxergavam o Exército como única instituição verdadeiramente nacional. Salientamos que esta falta de orientação político-institucional, que levou a instituição ao revés de tendências políticas e partidárias, foi um dos problemas centrais do Exército durante a Primeira República.

### **1.1 O Exército dividido: questões políticas e institucionais.**

A intervenção militar que proclamou a República no Brasil só pôde ser exitosa graças à conjunção de dois grupos antagônicos dentro da corporação, os doutores,

também chamados de bacharéis de farda, e os tarimbeiros. José Murilo de Carvalho corrobora com a classificação do primeiro grupo:

o que na verdade produzia a escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito. Esses oficiais gostavam de ser chamados de doutores dentro do próprio Exército. Era “dr. General”, “dr. Tenente” ou simplesmente “seu doutor”. (CARVALHO, 2005. p. 25)

Os tarimbeiros, por sua vez, eram oficiais do Exército que, em sua grande maioria, haviam participado da Guerra do Paraguai e traziam consigo um forte espírito militar, o que era motivo de crítica por parte dos bacharéis de farda, influenciados pelo pacifismo positivista, que acreditavam que o conflito, independente do resultado final, seria um fracasso para a organização. Ao comparar os dois mais notórios representantes desta divisão, Moraes afirma que,

Deodoro da Fonseca não possuía a formação militar técnica, não era um corpo disciplinado nas Escolas Militares, mas um prático de guerra; não obstante, a modernização capitalista na esfera militar exigia toda uma formação disciplinar que inviabilizava um exército de tarimbeiros. Da mesma forma, de outro lado temos o bacharel-militar Benjamin Constant, de saber mais paisano do que castrense, que representava a inflexão do ensino militar da área bélica para o mundo acadêmico civil. (MORAIS, 2013. P. 153)

Estes grupos, apesar de terem interesses discordantes, se ligavam fortemente pelo *esprit de corps*, algo que fora fundamental para o desenrolar da intervenção militar e para o prestígio dos militares no começo da experiência republicana. Esta distinção entre grupos dentro do Exército é necessária para expor um primeiro e grave problema da organização durante a Primeira República que era sua divisão interna. Em geral, durante o período, os conflitos dentro do Exército colocaram em contraste os oficiais superiores e os inferiores, o que esteve no cerne da questão tenentista e de outros movimentos reivindicatórios entre 1889 e 1930.

## **1.2 O tenentismo e sua atuação durante a Primeira República**

É salutar, ao falar do Exército na Primeira República, destrinchar o que foi o movimento tenentista, com atuações em 1922, 1924 e 1925 a 1927, e foi fundamental para os desdobramentos em 1930.

Cabe definir a distinção que ocorreu no movimento tenentista onde, de um lado, temos o tenentismo de cunho profissional que trouxe para a organização uma mentalidade conservadora-institucional, produzindo assim um “militar militarizado” alijado da cultura

civil paisana. De outro lado, o tenentismo político trouxe uma ideia de corpo militar, que tinha como incumbência “agir politicamente sobre o Estado a fim de assegurar o curso acelerado da modernização do país, fazendo da política civil militar” (MORAIS, 2013, p. 64).

A historiografia sobre o tema privilegia a discussão acerca das motivações que levaram tal grupo a se sublevar contra o regime republicano. Mas antes de encontrar uma resposta, é preciso entender o processo de modernização institucional e profissional de que o Exército sofreu durante as primeiras décadas do século XX. Desde o fim da Monarquia, o Exército se organizou sobre a perspectiva da ideologia do soldado-cidadão, que fora de vital importância para o fortalecimento dos interesses dos militares junto à política (VITOR, 2019, p. 66).

Como nos mostra José Murilo de Carvalho,

A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que deveria assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. (CARVALHO, 2005. p. 38-39)

O que essa ideologia previa era um “salvo conduto” para os militares agirem na política, tendo em vista que sua posição como cidadão lhe dava o aval necessário para tal. Entretanto, a ideologia trazia como desvantagem para o Exército um ataque direto à hierarquia, pois corrompia os princípios institucionais ao permitir que os militares, especialmente de baixa oficialidade, entrassem como agentes de mudança na seara política. Essa concepção foi retomada em 1922 com os tenentes, causando prejuízo à instituição, tendo em vista seu intervencionismo reformista, algo em frontal oposição ao fortalecimento da organização. Para Juarez Távora: “a força armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem os soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna” (TÁVORA apud CARVALHO, 2005, p.40)

Carvalho completa dizendo que

a própria Constituição republicana, refletindo a ideia do soldado-cidadão, já introduzira a famosa expressão da obediência “dentro da lei”, fornecendo fundamento legal à posição dos novos tenentes. Juarez, o tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo, achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. Segundo ele, o militar adquiria a



capacidade de decidir na cadeira de Direito Público da Escola Militar. A cadeira também lhe permitia “ombrear com o bacharelismo dos nossos políticos profissionais”. (CARVALHO, 2005, p. 39-40)

A historiografia sobre o tenentismo privilegia três linhas interpretativas acerca das motivações das sublevações dos jovens oficiais a partir de 1922, sendo a primeira sua origem social. Para os autores que defendem tal interpretação, em especial Virgínio Santa Rosa, em *O sentido do Tenentismo*, os tenentes eram oriundos das camadas médias urbanas da sociedade. Por camadas médias, eles abarcavam os setores da população urbana que, não sendo detentores do capital, realizavam atividades laborais predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria quer vendendo sua capacidade de trabalho a terceiros (VITOR, 2019). Para esta linha interpretativa, os tenentes encarnavam os anseios dos setores médios urbanos, frente ao sistema descentralizador e oligárquico republicano que alijava este grupo do processo de modernização econômica pela qual passava o país, e também se queixavam do falho sistema eleitoral e dos desmandos oligárquicos fruto da política dos governadores (VITOR, 2019).

Amilcar Guidolim Vitor afirma:

Daí os militares da baixa oficialidade representarem a força capaz de fazer frente a este sistema, o que se configuraria a partir de 1922 e resultaria no colapso do regime em 1930. Dadas algumas diferenças de abordagem, também seguiram essa linha interpretativa autores como Nelson Werneck Sodré (1985), Edgar Carone (1975), Abguar Bastos (1986) e Hélio Jaguaribe (1972). (VITOR, 2019, p. 66)

A partir de 1970 nasce outra chave interpretativa, segunda a qual o que pesou para que as insurreições tenentistas se efetivassem a partir de 1922 não seria a origem social dos militares, mas sim sua própria condição institucional enquanto membros das Forças Armadas, o que lhes davam a capacidade e possibilidade de intervir em um momento de crise do sistema político conduzido pelos civis. Nesta perspectiva analítica enquadram-se os trabalhos percussores de Boris Fausto (1970), Paula Beiguelman (1973), Décio Saes (1975) e José Augusto Drummond (1986). Essa visão privilegia a concepção de que os tenentes muito além de servirem a interesses de classe, tinham uma visão institucional, que revelou um movimento tipicamente militar em sua forma. Para Edmundo Campos Coelho (2000) e Frank McCann (1982), os problemas internos e estruturais da organização enquanto instituição foram fundamentais para a ação insurrecional do movimento tenentista.

Há ainda uma terceira corrente sobre os fatores que desencadearam as ações tenentistas. Amílcar Vitor analisa autores como Paulo Sérgio Pinheiro (1977), Maria Cecília Spina Forjaz (1977) e Anna Maria Martinez Corrêa (1976) nesta linha interpretativa. Segundo Vitor,

Para eles, dadas algumas diferenças de análise, pode haver uma conjugação entre a origem social dos “tenentes” nas camadas médias urbanas e a sua posição no aparelho institucional como elementos desencadeadores dos movimentos de 1922 e 1924. (VITOR, 2019, p.67)

Considerando as três chaves interpretativas aqui apresentadas e, alinhando-se com uma perspectiva organizacional do Exército, entendemos que não se pode relegar as origens sociais dos tenentes, mas as motivações estariam mais ligadas às necessidades e dificuldades internas da organização, sendo assim, os motivos partiram do seio da caserna e se expandiram para o ambiente externo, justificando assim a ação política em prol da reestruturação da instituição e da mudança em relação ao fraudulento sistema eleitoral. Como argumenta Amílcar Vitor,

O início da década de 1920 no Brasil foi um período marcado por um processo cada vez mais evidente em relação às contradições do sistema republicano, especialmente do ponto de vista político e econômico. A manutenção da política dos governadores e a centralização das decisões com o comando da República concentrado e alternado apenas com representantes da região sudeste do país, além de um processo eleitoral fraudulento e excludente, faziam com que as fissuras do sistema implantado em 1889 ficassem cada vez mais evidentes. (VITOR, 2019, p. 67)

O movimento de 1922 reuniu uma série de condições para a luta armada contra o sistema republicano que vigorava naquele momento, firmando-se os tenentes como tendo “uma série de condições específicas que permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados” (PRESTES in VITOR, 2019, p. 67). Muito desorganizado, o movimento de 1922 serviria de introdução ao que se verificaria depois, em 1924, entre 1925 e 1927 e em 1930, pois o que motivava os jovens oficiais era um espírito de inconformidade com a situação moral da República, vendo-se, neste contexto, como uma fonte regeneradora dos princípios políticos. As punições estabelecidas pelo presidente Artur Bernardes foram de vital importância para o segundo levante, tendo em vista que a prisão se tornou uma espécie de escola de aperfeiçoamento do movimento tenentista. O movimento ocorrido em 1924 teve uma conotação diferente, muito mais organizada e, desta vez, preconizava a derrubada do presidente Artur Bernardes e a regeneração da política como tarefa institucional dos

tenentes. O que os tenentes enfrentavam era o falho sistema político republicano que privilegiava grupos e era calcado em torno de um fraudulento sistema eleitoral, já que:

Mais uma vez o descontentamento estava diretamente ligado à estrutura de poder organizada com a República, inclusive fazendo alusão ao papel que os próprios militares tiveram na proclamação em 1889. Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre rebeldes. (VITOR, 2019. P. 71)

A conjugação de esforços entre Juarez Távora e Luiz Carlos Prestes deu origem ao maior símbolo do movimento revoltoso, a Coluna Prestes. Em sua biografia, o General Góes Monteiro comenta as ações táticas empregadas contra o movimento no Paraná.

Dessa vez, o movimento revolucionário teve muito maior extensão e profundidade e se alastrou por várias zonas da Nação, tendo durado até o governo Washington Luís. Tive parte muito relevante na jugulação desse movimento, a despeito da suspeição em que era tido. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 8)

A posição de Góes Monteiro era comprovatória da divisão que se firmou no Exército entre aqueles que defendiam o governo constituído e os que se sublevavam contra o mesmo. O saldo final do movimento de 1924 era o de um Exército cindido, em que o sistema republicano era frontalmente atacado em prol da moralidade e de melhores condições para a instituição. O movimento e seus correligionários foram peças fundamentais quando se estourou, em 1930, o movimento armado, trazendo para o bojo reivindicatório oficiais que agora só viam a atuação direta do Exército como forma de regenerar as instituições do país.

### **1.3 O Recrutamento e treinamento de oficiais: os rumos da modernização**

Outro importante problema no Exército era o recrutamento que implicava na formação de futuros oficiais. Durante os primeiros anos da República, a força terrestre tentou organizar um projeto que definisse a forma como os militares seriam recrutados. Venceu a Lei do Sorteio Militar, com forte influência de Olavo Bilac, que de certa forma uniformizava a seleção de militares, mas inviabilizava sua modernização. O recrutamento obedecia a dois eixos de seleção que revelam as origens sociais dos integrantes da força singular. Para os oficiais, o recrutamento se tornou endógeno e junto aos setores médios urbanos. Já para as praças, o recrutamento era nas camadas mais pobres, tendo em conta que estes eram abocanhados pela Lei do Sorteio Militar e formavam o grupo majoritário no contingente.

A profissionalização também merece destaque neste primeiro capítulo que se dedica aos problemas do Exército antes de 1930 e sua posterior reorganização após a revolução de 1930. O Brasil, apesar de contar com três escolas militares de referência – uma no Sul do país e duas no Rio de Janeiro –, ainda patinava em termos organizacionais. A formação de oficiais era deficitária, pois as escolas não conseguiam se organizar para oferecer uma formação de cunho verdadeiramente militar: organizar, equipar e treinar a força; planejar suas atividades; e dirigir as operações dentro e fora do combate (HUNTINGTON, 1996, p. 29-30). Os alunos dos cursos de formação de oficiais das escolas da Praia Vermelha e do Realengo eram, em sua maioria, desprovidos de qualquer espírito militar. As ciências, especialmente a matemática, graças a influência positivista, eram o foco dos chamados bacharéis de farda que pouco se diferenciavam dos demais bacharéis, visto que os mesmos saíam dos cursos de formação alheios à doutrina militar. De acordo com José Murilo de Carvalho, em observação feita por Leitão de Carvalho:

a ausência do espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito. (CARVALHO, 2005, p. 25)

O problema da profissionalização e a iminente tensão na Europa fizeram com que o Exército brasileiro enviasse, para a Alemanha, três turmas de alunos, com cerca de 30 alunos, para aprenderem sobre táticas de guerra, doutrina de defesa nacional e estudos relativos as funções do Estado-Maior, visto que ainda não se contava com um plano de defesa nacional, espinha dorsal do órgão. Os egressos das missões ganharam a alcunha de jovens turcos. Este grupo, por sua peculiaridade, merece nossa atenção. Por ser um grupo renovador, os jovens difundiam no interior do Exército com o auxílio de sua revista, *A Defesa Nacional*, as ideias que aprenderam durante seu processo de aprendizagem na missão alemã. O grupo destacou-se por pregar a profissionalização do Exército brasileiro, a construção de planos de defesa nacional e o afastamento da política. Este grupo foi de suma importância quando se considera que o Exército brasileiro pouco tinha de profissional, tendo em vista, por exemplo, que seu Estado-Maior até aquele momento, não contava com o que era a preocupação central do órgão ao redor do mundo: planos de defesa nacional.

O ensino militar precisava de uma reforma que definisse padrões mais claros para a formação de oficiais que tivessem, de fato, cunho militar, para tal, como nos mostra Morais,

Diante disso, as primeiras décadas da República foram as de movimentos de reforma na instituição. Nem sempre levadas a efeito, as reformas anunciavam a necessidade de normalizar as práticas castrenses objetivando a militarização do corpo militar. Era preciso formar uma identidade militar moderna, um corpo despartidarizado no sentido civil e absolutamente identificado com a cultura de guerra. Para isso, as escolas militares deveriam ser higienizadas da cultura paisana bacharelesca. (MORAIS, 2013, p. 152)

As reformas objetivavam, sem dúvida, a militarização da corporação que muitas vezes saía do ambiente de formação com conhecimentos mais civis que militares. O foco da reforma se deu sobre a formação de oficiais, quadro permanente do Exército e o maior propulsor de transformações dentro da instituição.

Os anos de 1920 foram de grandes transformações no Exército visto que uma grande preocupação com a modernização da força fez com que o comando do Exército se dispusesse a contratar outra missão estrangeira, especialmente europeia, vista como a vanguarda dos Exércitos nacionais. Em 1920 chega ao Brasil a Missão Francesa, cujo objetivo era reformar todo o sistema educacional-militar e, mais importante, lançar as diretrizes sobre a refundação do Estado-Maior do Exército.

A Missão Militar Francesa teve amplo sucesso no Brasil ao sistematizar, com os preceitos militares, a educação castrense. O rígido sistema de treinamento fez surgir uma fenda na corporação, onde os antigos militares não conseguiam acompanhar o exímio trabalho de modernização da qual a força estrangeira se encarregava. Segundo Esteves, o chefe do Estado-Maior entre 1922 e 1929, o general Augusto Tasso Fragoso, afirmou:

Passados três anos, estamos habilitados a declarar que nem o seu ilustre chefe, nem o conjunto de seus auxiliares, malograram as esperanças que, em boa hora, depositáramos na colaboração afetuosa da França. A Escola de Estado-Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais estão transformadas em viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com preparação mais racional para as funções complexas da guerra moderna. (ESTEVES, 1996, p. 100-101)

A principal contribuição da missão francesa ocorreu, certamente, na formulação dos fundamentos institucionais e do início do processo de modernização, trazendo assim conteúdos inerentes ao Estado-Maior, visto como órgão central de operações de guerra, até aquele momento. No entanto, ainda estava desprovido dos fundamentos modernos, estando assim a um largo passo de distância dos Exércitos contemporâneos. Para tal conquista, no ano de 1946, o Brasil constituiu um Estado-Maior Geral, mas, desta vez, a influência virá de forma paralela dos Estados Unidos.

Como observado ao longo deste primeiro capítulo, destacamos que o Exército enfrentou diversos problemas ligados à disciplina, formação, ao recrutamento e às disputas internas. Buscamos demonstrar com isso que a instituição, desde o começo da Primeira República, procurou modernizar a corporação, seja por meio da mudança de seus processos de recrutamento e seleção, seja pelo aperfeiçoamento institucional que as escolas militares foram realizando ao longo das primeiras décadas do século XX. O Estado-Maior do Exército, órgão máximo da instituição, representou o esforço para reorganizar o Exército brasileiro e uma tentativa de modernidade, visto que os demais Exércitos mundo à fora, especialmente alguns europeus e o norte-americano, já contavam com sofisticados sistemas de integração de corpo e armas. Sua função, ainda pouco conhecida, era a de criar os planos de defesa nacional do país, estando de prontidão com efetivos e estruturas militares. O Estado-Maior do Exército será foco de análise no capítulo 02 deste trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – A reorganização do Estado-Maior do Exército nos anos de 1930 e sua atuação pela modernização da instituição.**

Este tópico será para caracterizar as funções, a estrutura e a importância institucional que teve o Estado-Maior do Exército no contexto de modernização da força singular. Ademais, é necessário fazer uma justa digressão e ir às origens do Estado-Maior, na Europa, visto que todo o conhecimento militar brasileiro advém de exércitos europeus ou norte-americano, quer pela tradição militar portuguesa, quer pela influência alemã, francesa e norte-americana na constituição do EME brasileiro. Segundo Esteves, o chefe do Estado-Maior do Exército Prussiano, general Helmuth von Moltke, percebeu

que para mobilizar e dispor grandes efetivos e numerosos equipamentos nas ferrovias, às vésperas de uma guerra, seria necessária, ainda, em tempo de paz, uma preparação que atendesse a todos os detalhes de execução. Os planejamentos para essas operações foram, então, entregues a um corpo de oficiais, especialmente treinado para isso. (ESTEVES, 1996, p. 7)

O pensamento do general prussiano foi o guia para a criação do conceito de Estado-Maior, projetado para a mobilização de efetivos, equipamentos, logística e, em tempos de paz, o planejamento estratégico destas ações com o gerenciamento dos planos de defesa nacional.

A necessidade de modernização do Exército, no Brasil, levou muitos de seus quadros superiores a se manifestar pela adequação do Exército aos padrões contemporâneos, como nos mostra o relatório do Ministro da Guerra em 1895. De acordo com Esteves, o general de divisão Bernardes Vasques, afirmou:

É tempo já de cuidar-se em dar ao Exército Nacional organização compatível com o atual regime democrático e de modo a difundir-se na massa da população a consciência do dever imposto a todo cidadão, de prestar à sua pátria o serviço militar. (ESTEVES, 1996, p. 13)

O general completou fazendo uma análise do exército à época:

Se é certo que não há necessidade de manter um numeroso Exército em condições normais para o país, é certo também que devemos manter o pequeno que possuímos, convenientemente organizado, devidamente instruído e disciplinado e rigorosamente aparelhado para fazer frente a todas as eventualidades, podendo mobilizar-se com rapidez e elevar o seu efetivo sem os tropeços e os embaraços que comumente se tem encontrado, em momentos em que a pátria exige o esforço e o sacrifício de todos os seus filhos. (ESTEVES, 1996, p. 13)

O Exército brasileiro, até 1896, não contava com um órgão de assessoramento superior, onde se conjugavam os planos para guerra e a mobilização da expressão do poder nacional, mas essa situação estava prestes a mudar com a sanção da Lei nº. 403, de

24 de outubro de 1896, que criou o Estado-Maior do Exército.<sup>2</sup> O órgão surgiu, neste contexto, como a manifestação do desejo da instituição por uma reforma, por isso, o EME nasceu com uma característica moderna, adequando, ou ao menos tentando, o Exército brasileiro aos padrões europeus e norte-americano vigentes à época. O artigo 2º da lei determinava as funções desempenhadas, mas o limbo no texto deixou caminho para críticas, por não trazer as funções do novo órgão de forma clara, diz o texto:

Art. 2 – O Estado-Maior tem a seu cargo preparar o exercito para a defesa da Patria, por isso é especialmente encarregado do estudo e applicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os commandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua acção, no que concerne à instrucção e disciplina das tropas. (BRASIL, Lei nº. 403, de 1896)

Em 1912, o general de divisão José Caetano de Faria fez uma arguta observação das deficiências do Estado-Maior. Para ele, as funções do Estado-Maior não estavam bem definidas. As funções, para o general, deveriam passar pela entrega de um Exército “disciplinado, heroico, numeroso, equilibrado, bem armado, bem provido e sabiamente organizado” (ESTEVES, 1996, p. 45). Para a entrega de um Exército nestes moldes, era preciso que o Estado-Maior detivesse um poder de autoridade dentro da corporação. No entanto, ao contrário disso, o general Faria fez uma crítica à falta de autoridade do Estado-Maior, que, na sua visão,

nem ao menos ha uniformidade no modo de compreender a noção de Estado-Maior, entre nós; basta vêr a diferença de attribuições entre o chefe de Estado-Maior do Exercito e da Armada; mas dentro mesmo do Exercito nota-se essa singular diferença ; ao passo que o Chefe do Estado-maior de uma brigada ou de uma Inspeção dirige e centralisa todos os serviços dos respectivos quartéis-generaes, o Chefe do Estado-maior do Exercito nenhuma autoridade tem sobre a execução dos diversos serviços do Exército. (ESTEVES, 1996, p. 46)

É importante que caracterizemos as funções do Estado-Maior ao longo da Primeira República, visto que sua atuação fora a de pensar os caminhos estratégicos na eventualidade de uma guerra e também na manutenção da paz. O órgão era uma espécie de consultor, de onde advinham informações sobre as condições do Exército brasileiro no que concerne aos atos belicosos. Frank D. McCann, em seu livro *A Nação Armada*, caracteriza a importância estratégica do Estado-Maior quanto à geopolítica e a identificação das fraquezas da força.

Acredito, também, que os pontos de vista estratégicos do Estado-Maior influenciaram o desenvolvimento da geopolítica brasileira a partir de 1930. Ao

---

<sup>2</sup> Ver BRASIL. Lei nº. 403, de 24 de outubro de 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html> Acesso em: 23/10/2023.



invés de constituir o trabalho abstrato de intelectuais, a geopolítica brasileira se baseava nas observações, experiências e ideias dos oficiais do Exército brasileiro. Além disso, o ponto de vista pessimista do Estado-Maior sobre a situação militar durante a primeira metade deste século, influenciou, ou pelo menos sublinhou, as relações do Exército com o sistema político vigente. (McCANN, 1982, p. 55)

O Estado-Maior, à medida que se exacerbou as preocupações com a guerra, especialmente com o conflito europeu, fez coro por uma reforma modernizante que adequasse seus parâmetros aos dos exércitos modernos. O primeiro passo, certamente, foi o envio de três turmas para a Alemanha que, na visão do generalato brasileiro, era um dos melhores exércitos à época. Estes alunos, quando retornam, foram chamados de jovens turcos e começaram a divulgar o aprendizado que tiveram na Europa. Os ensinamentos seguiram a linha de treinamento tático, operacional e planejamento estratégico, foco das funções do EME.

Durante o movimento armado de outubro de 1930, houve uma adesão significativa do Exército em prol da derrubada de Washington Luís (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 358-361). Com a instalação do governo provisório, sob a liderança de Getúlio Vargas, militares como Juarez Távora, João Alberto e Góes Monteiro conseguiram se acomodar na primeira fileira do poder. Com isso, conquistaram espaço para reivindicar uma reforma no interior do Exército, mais especificamente no Estado-Maior, visto que por meio das ações deste comando as mudanças conseguiriam atingir por um todo a instituição. Era preciso que o órgão máximo do Exército brasileiro fosse remodelado a partir da perspectiva profissional e técnica.

## **2.1 A perspectiva modernizante do Exército após 1930 e o ensino militar**

Após o movimento de 1930, o ambiente no Exército fora de mudanças e renovações. Na seara da formação militar, uma nova estrutura de ensino foi sendo montada e o precursor destas mudanças foi o general José Pessoa. Participante da Missão Militar Francesa, seu sobrenome revela atores importantes da política nacional que eram de sua família, como o ex-presidente Epitácio Pessoa, seu tio, e o próprio João Pessoa, seu irmão, que fora uma personagem dos acontecimentos de 1930. José Pessoa, na direção da Escola Militar do Realengo (1930-1934), adotou uma abordagem que afastava os alunos da Escola da política, a considerando uma inimiga da instituição militar por seus afrontes à disciplina e à coesão no Exército.

Como comandante da Escola Militar, José Pessoa investiu em uma nova relação entre os militares e a pátria, na qual a tropa deveria servir aos interesses da nação, sem desviar-se pelos caminhos da política, como bem notou Celso Castro,

Para além da preservação da ordem republicana, os grandes objetivos da revolução eram “salvar a nação” e “manter-se a integridade da pátria”. A identificação do Exército com os conceitos abstratos de “pátria” e “nação” procurava refletir as divisões existentes na sociedade, afastando a instituição, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos”. (CASTRO, 2012, p.118)

Pessoa acreditava que o Exército tinha um papel fundamental na fase de reeducação e renovação. Neste sentido a Escola Militar, de onde saem os novos quadros de oficiais, assumiu uma perspectiva de instituição seminal do novo Exército. Como mencionado anteriormente, a Escola Militar fora, por muito tempo, uma instituição sem aparato físico e distante da modernização, sendo assim,

O primeiro passo da reforma foi a melhoria das condições materiais da escola, consideradas extremamente precárias por José Pessoa. A rede de esgotos foi canalizada, terrenos pantanosos foram drenados, modificou-se o sistema de coleta de lixo, a cozinha e os dormitórios foram pintados, o mobiliário foi substituído e “cassinos” (salas de lazer) foram construídos para cadetes e oficiais. (CASTRO, 2012, p. 118)

Para além das reformas físicas, que de fato se faziam necessárias, o que Pessoa objetivava era a mudança da mentalidade. Para o general, era preciso construir uma “mentalidade homogênea”, discurso muito parecido com o do general Góes Monteiro. Uma nova psicologia militar, onde o jovem cadete se tornaria parte de uma ideologia militar, afastada dos políticos e centrada no espírito militar. Esse panorama de estrito pensamento militar é facilmente comprovado ao observar o discurso de José Pessoa quando perguntado sobre política, disse ao jornal *A Noite*:

Não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país... Ao assumir este comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos. Só não chamo a isso de divórcio porque nunca estivemos juntos. Não se deve inferir daí que eu os condene. Absolutamente. Mas a política, para os políticos e mais ninguém. (CASTRO, 2012, p.119-120)

A educação militar foi tomando novos rumos a partir da revolução de 1930, que privilegiavam a ideia de um militar que integra de forma total a instituição e cria tradições. Para o general Pessoa, o que se formava na instituição era o militar homogêneo, distante das tendências políticas e pertencente a um corpo uniforme e disciplinado, bem diferente do que foram os militares da época Floriano, que contavam com uma série de “regalias”

e que agora não mais poderiam ser transmitidas às futuras gerações. Celso Castro completa.

Em nome da reestruturação do Exército no período pós revolucionário e da formação de um corpo disciplinado de oficiais, José Pessoa queria em primeiro lugar afastar a *política* – que divide – e enfatizar a *disciplina* – que une. Uma de suas medidas mais importantes foi justamente na área disciplinar, com a criação de uma entidade chamada Corpo de Cadetes, reunindo o conjunto dos cadetes. (CASTRO, 2012, p. 120)

Com a intenção clara de formar um corpo de oficiais mais disciplinado e alinhado às novas expectativas do comandante do ensino militar, Pessoa criou, em 1931, o Corpo de Cadetes que cumpria com a missão de organizar os novos cadetes de forma a priorizar os preceitos da disciplina. É interessante perceber que todo o esforço encontrava caminho único na disciplina como forma de o Exército ter o controle sobre seus corpos, especialmente os em formação. Para tal, entrou em vigor uma série de leis e códigos, visando incorporar o soldado a uma instituição coletiva. Segundo Erving Goffman, este modelo de Exército pode ser analisado como uma instituição total, pois ela se apodera de todos os elementos da vida de seus membros, tornando-se assim de forte ligação com o sujeito.

## **2.2 - O Estado-Maior do Exército e o Estado Novo**

É importante salientar, ao iniciar este tópico, a condição institucional em que se encontrava o Exército antes da revolução de 1930 e no interim até a instauração do Estado Novo. O Exército estava mergulhado em divisões internas desde a Primeira República, passando pelos notórios episódios dos tenentes nos anos 20. Na revolução de 1930, o Exército não apresentou coesão em torno de Getúlio Vargas à presidência da República. Outro problema para os líderes militares era o respeito aos comandos, como nos mostra Edmundo Campos Coelho,

Tais questões pediram urgente tratamento quando em 1937 a liderança do Exército tornou-se avalista do Estado Novo, um regime militar em sua essência. A sustentação, por tempo indefinido, de um regime autoritário requeria do Exército a demonstração de um alto grau de disciplina e de efetividade do sistema de comando. (COELHO, 1979, p. 97)

No entanto, a configuração militar mudou entre 1930 e 1937, haja vista que o Exército, avalista no Estado Novo, se encontrava mais coeso e sob uma doutrina militar, o que possibilitou uma maior influência nas decisões sobre os rumos do país neste período. A desestruturação das Forças Públicas Estaduais, após a revolução

constitucionalista de São Paulo, as mudanças na formação militar, sob a coordenação de José Pessoa, e o comando de Góes Monteiro, à frente do Estado-Maior do Exército entre 1937 e 1943, reestruturaram o órgão sob o prisma da conservação da unidade e da disciplina, preceitos elementares para as organizações militares.

O Estado Novo (1937-1945) representou para o Exército a chance de enfim se institucionalizar e, consoante aos objetivos da nação, determinar seu modo organizacional à sociedade, desde que ressaltada a devida noção do militarismo. A função do Estado-Maior, neste momento, foi acentuada, tendo em vista que toda a visão do Exército tende ao preparo para as operações de guerra o que, em tese, mobilizava os diversos aspectos da vida da sociedade brasileira. O que o Exército pregava naquele momento era um Estado forte, ciente das suas obrigações com a defesa interna e externa do país e o preparava para a guerra, preocupação central do Estado-Maior, que deveria ser compartilhado com a sociedade como um todo, levando assim as preocupações militares para o centro dos problemas nacionais. Segundo o general Góes Monteiro,

Um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo enfim afeta a política militar do país. (COELHO, 1979, p. 103)

A conscientização de que os civis deveriam contribuir para o esforço de guerra demonstrava uma tendência autoritária, onde o Exército comandaria, em tempos de guerra, todos os aspectos da vida nacional, com o detalhe de que, nos tempos de paz, a força militar detinha influência sobre as decisões e ações a serem tomadas em diferentes setores da sociedade: o projeto era o Exército, em uma autodeterminação de seu poder, tornar-se um membro decisório da política nacional. Ainda em 1930, José Murilo de Carvalho observa essa ascensão dos militares.

Com a inauguração da Segunda República, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre os estados mais poderosos e a derrota do mais poderosos deles, São Paulo, abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século XIX e pela qual lutara, às vezes de armas na mão, ao longo do regime que acabara de cair. (CARVALHO, 2005, p. 62)

Com a centralização burocrática do Exército, o seu Estado-Maior assumiu uma posição de destaque quanto às decisões tomadas nos diversos âmbitos da política

nacional, visto que este órgão, no decorrer dos anos do Estado Novo, construiu um aparelho institucional capaz de dar coesão e comando às estruturas do Exército, fruto de sua reorganização sob os ideais do general Góes Monteiro.

Os quadros que assumiram este protagonismo não tinham um passado revoltoso, mas foram escolhidos por sua íntima relação com a Missão Militar Francesa que, como já dito, foi de grande importância para a reestruturação do Estado-Maior e sua consequente força para assumir tal papel de destaque neste momento. A figura central deste órgão foi certamente o general Pedro Aurélio do Góes Monteiro, um dos melhores alunos da Missão Militar e forte propagador de doutrina militar, como nos afirma Coelho (1979), “o que chamaremos de doutrina e política militar da época foi obra intelectual deste homem do qual se disse, significativamente, que ‘já era general desde tenente’” (COELHO, 1976, p. 99). Sob o seu comando, o Exército fora se aprimorando em uma instituição em que se caracterizava pela disciplina e coesão e pelo rigoroso cumprimento dos comandos militares.

A participação militar no Estado Novo nos faz perceber que este momento significou uma mudança fundamental nos paradigmas adotados até então pelo Exército. Como nos relata Coelho,

O Estado Novo não fora instituído para favorecer os militares, mas para organizá-los, livrá-los das incursões do partidário político, aparelhá-los, discipliná-los espiritualmente para seu imenso e árduo labor técnico; e nem é cabível que, face à situação internacional, se critique a militarização do país, pois “ai de nossa pátria se não nos militarizarmos cem por cento, medularmente, no espírito e na carne viva...”. (COELHO, 1976, p. 102)

Para além das funções de disciplina e coesão internas, o Estado-Maior logrou êxito, em se tornar o principal articulador de ideias dos militares. Os interesses em defesa da nação pressupunham a criação de indústrias de base capazes de dar ênfase à produção de armas e suprimentos para a guerra. É possível perceber tal preocupação ao examinarmos um trecho do relatório do general Arnaldo de Souza Paes de Andrade, então chefe do Estado-Maior em 1936. Diz o texto:

Não nos iludamos porque, à face do que observamos na vida política do Brasil, o Exército representa, só ele, o sentimento profundo de coesão nacional. Trabalhando para a solução dos grandes problemas nacionais (siderurgia, combustíveis, etc.) o Estado-Maior do Exército procura concorrer para a nossa emancipação econômica, único meio de termos forças armadas eficientes. (ESTEVES, 1996, p. 184)

Este último tópico muito nos interessa, tendo em vista que o Exército fora um grande articulador da política industrial que ocorreu no governo Vargas, sempre cientes

de seu interesse bélico na produção de aço no país. É preciso enxergar mais de perto como o Exército exerceu sua influência, por meio de seu órgão máximo, nas decisões sobre as indústrias de base no país.

### **2.3 O Estado-Maior do Exército na formulação dos projetos econômicos**

Os militares, no início dos anos 1930, ainda estavam imersos em torno de fragmentações políticas internas, dessa forma, é impossível creditar um pensamento homogêneo sobre o comportamento da força frente à necessidade de industrialização do país, fato que só se alteraria com o Estado Novo,

A situação modificou-se decisivamente com o advento do Estado Novo. Sob um regime cada vez mais centralizado, Vargas teria dado início a uma vigorosa política de industrialização, que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional o seu marco mais expressivo. A mudança de orientação não teria sido possível sem uma efetiva pressão dos militares. (SÁ, 2008 p. 63)

A posição dos militares quanto a industrialização do país sempre perpassou uma preocupação central: o fornecimento de material bélico para contemplar os planos de defesa nacional. Duas visões dicotômicas são predominantes na historiografia brasileira acerca da participação das forças armadas na articulação do plano industrial no país. Por um lado, a versão sustentada por John Wirth.

Wirth considera que as Forças Armadas foram os principais agentes da industrialização brasileira, pressionadas cada vez mais pela perspectiva de um conflito de proporções globais. Desta forma, foi a percepção da fragilidade nacional em um momento de graves perturbações na ordem internacional que tornou inadiável uma ampla política de substituição de importações, com os militares apresentando-se como os seus mais destacados defensores. Assim, para Wirth, a iniciativa militar “exercia grande influência sobre decisões a cada giro da roda política”. (WIRTH, 1973, p.45, citado por SÁ, 2008, p. 63)

Uma segunda percepção do processo traz um elemento diferente para a análise, a preocupação do Exército brasileiro com seu suprimento bélico por meio do aumento do comércio e não por uma política industrial autônoma. Tronca (1986) e Hilton (1976)

não creditam aos militares um papel de grande relevância na industrialização, uma vez que eles estavam mais preocupados em assegurar uma política comercial que garantisse um satisfatório fluxo de armas e equipamentos em um momento de acirramento da crise internacional. Se alguns militares, como Macedo Soares, foram atuantes na defesa da industrialização, de modo algum eles podem ser considerados representantes de um “pensamento industrial” das Forças Armadas, mas apenas vozes isoladas, sem grande influência nas decisões governamentais. A expansão da indústria estava, portanto, subordinada aos interesses de abastecimento material. Tronca chega mesmo a apontar que o projeto siderúrgico de Volta Redonda fora resultado de uma conjuntura internacional marcada pela luta interimperialista, sendo totalmente

inviável se dependesse exclusivamente das forças internas. (TRONCA, 1986, p. 360, citado por SÁ, 2008, p. 63)

Diante destas duas versões é preciso examinar, de forma organizacional, como se deu a atuação do Exército no campo econômico, especialmente a implementação das indústrias de base. Primeiro, é importante deixar claro que o Exército tinha de fato um grande interesse na industrialização do país, tendo em vista os estudos encomendados ao EME que confirmaram que nossa situação militar era crítica. Era preciso sair das correntes da dependência externa e lograr êxito na produção nacional de insumos bélicos, sendo o aço o mais importante deles. Esse posicionamento levou em consideração fatores externos, como as tensões que ocorriam na Europa e o temor de que um conflito de projeções continentais pudesse chegar ao Brasil. Sendo assim, criou-se, dentro do Estado-Maior do Exército, um corpo técnico capaz de viabilizar os estudos sobre a industrialização do país.

Porém, em dezembro de 1937, portanto um mês após o golpe, o Círculo de Técnicos Militares foi fundado como uma sociedade civil com o objetivo de estudar e apresentar “solução para os problemas da fabricação de guerra e outros ligados à Engenharia Militar”. Estes problemas foram identificados como sendo: o aproveitamento industrial das matérias-primas nacionais, o desenvolvimento da indústria bélica, o desenvolvimento das indústrias de base e da indústria pesada e a formação de técnicos em diversos níveis. (SÁ, 2008, p. 67)

O Estado Novo modificou as estruturas do Exército e este passou a adotar uma perspectiva desenvolvimentista da economia, com objetivos muito alinhados aos do Presidente Vargas. O Exército percebeu que a industrialização do país era a única forma de conquistar a autonomia técnica sobre a fabricação de material bélico. Segundo Sá, um dos generais defensores da industrialização do país, observou:

As principais associações industriais ainda eram de estrangeiros e os derivados de ferro lideravam as importações, fato este que demonstrava a precariedade da indústria metalúrgica brasileira, considerada por Macedo Soares como mola propulsora do desenvolvimento. (SÁ, 2008, p. 74)

O Exército entendeu que o desenvolvimento industrial do país estava intimamente atrelado aos seus interesses e que a falta de indústrias era, ao mesmo tempo, o motivo da degradante situação da economia brasileira, ainda muito dependente do café, fato que fragilizava o aumento da renda no país e da consciente deficiência operacional que o Exército detinha, visto que os armamentos mais modernos eram todos trazidos de fora, não tínhamos estrutura nem para a fabricação de munições. A situação começou a se modificar quando o Exército percebeu que era preciso fundar a indústria de base no Brasil, como nos relata o general Macedo Soares, de acordo com Sá.

No que toca ao aparelhamento industrial do país, o entrosamento entre necessidades econômicas e militares, característica indisfarçável dos novos tempos, exigia o rápido desenvolvimento das indústrias de base. Estas, no entender de Macedo Soares, eram: a) – a exploração racional das fontes de energia; b) – a grande indústria química: produção dos ácidos e das bases minerais; fabricação dos adubos, destilação da hulha e do petróleo etc...; c) – a metalurgia: produção de ferro ou siderurgia, produção do cobre, do alumínio, do zinco, do níquel, do estanho etc. (SÁ, 2008, p. 74,75)

Portanto, a corrente desenvolvimentista dentro do Exército exerceu grande influência quando se fala em mão de obra técnica para a instalação das indústrias de base. O exército considerava que sem uma estrutura básica, o Brasil estaria inteiramente à mercê da dependência econômica e política de outras nações, não sendo possível assim assegurar a defesa da nação quanto a incidentes de natureza emergencial. A preocupação do Exército com a indústria era justificada pela melhor organização que se desenvolveu dentro do Estado-Maior, já que este órgão se preocupava com a autonomia operacional da instituição. Quem esteve à frente desse processo foi o general Góes Monteiro, então chefe do EME.

Ademais, é necessário avançar em nossa discussão acerca da modernização das forças militares e, em 1942, chegamos a um ponto impar na História das Forças Armadas brasileiras. Com o avanço da guerra na Europa, diversos países começam a se preocupar com a defesa de seus territórios e o Brasil, em um alinhamento com os EUA, iniciou um processo de reflexão sobre a atuação combinada de suas forças marítimas, aéreas e terrestres. Até o ano de 1942, pouco se discutia sobre o uso combinado das forças militares, visto que cada órgão comandava individualmente o seu poderio militar, no entanto, a emergência da guerra fez crescer a necessidade de adaptar o poder militar de forma combinada. O pioneiro neste processo foi o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro que, como chefe do Estado-Maior do Exército, elaborou um anteprojeto de criação da “Comissão de Coordenação das Forças Armadas para a Direção de Guerra” (BANHA, 1987). O resultado desta comissão foi a criação do Estado-Maior Geral, o embrião do que chamar-se-á de Estado-Maior das Forças Armadas, a expressão máxima da articulação em torno do uso combinado das Forças Armadas no Brasil. O capítulo 3 deste trabalho dará ênfase ao processo de criação deste órgão superior e a influência que o ideário do general Góes Monteiro teve em suas bases institucionais.



### **CAPÍTULO 3 – As preocupações com a guerra moderna: a criação do Estado-Maior das Forças Armadas**

A criação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1948, ocorreu devido à necessidade de integração das forças militares e de mobilização do país para a guerra – caso necessário. Sua organização pode ser atribuída a três fatores principais. O primeiro fator se deveu aos resultados positivos conquistados pelo Estado-Maior do Exército a partir de 1930 em prol da segurança nacional. O Exército, e em última instância o Ministério da Guerra, foi o responsável pelo desenho organizacional do EMFA.

O que preocupava a alta cúpula militar era a emergência da guerra, que colocava à prova a capacidade de mobilização das forças terrestres, marítimas e aéreas, já que não havia nenhum plano ou nenhuma estratégia de uso combinado das forças militares no país para a manifestação integral da Expressão Militar do Poder Nacional<sup>3</sup>. A criação do Ministério da Aeronáutica<sup>4</sup>, em 1941, promoveu a centralização das operações aéreas civis e militares no Brasil, até então divididas entre os Ministérios da Marinha, da Guerra e de Obras Públicas.

A necessidade de um órgão para supervisionar o preparo e a execução dos exercícios combinados das três armas, constituiu o segundo fator para a instituição do EMFA. O terceiro fator foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, visto que o generalato percebeu, na convivência com outros exércitos no teatro de operações na Itália, que o Brasil estava em atraso em relação a estrutura militar moderna e não oferecia ao país segurança em caso de ataque inimigo.

---

<sup>3</sup> A Expressão Militar do Poder Nacional está intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do país, à capacidade de Mobilização Nacional e à capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição. A mobilização considera todas as capacidades de que dispõe o país (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), devendo ser dada especial atenção ao preparo dessas capacidades, visando ao seu emprego de forma célere, eficiente e eficaz, considerando que o “fator tempo” é crítico para os resultados pretendidos. (BRASIL, Política Nacional de Defesa, 2011) Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod\\_resource/content/1/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod_resource/content/1/pnd_end_congresso_.pdf) Acesso em: 16/11/2023.

<sup>4</sup> Ver BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13/11/2023.

### **3.1 O Estado-Maior Geral e o Estado-Maior das Forças Armadas: experiências de unificação das forças militares**

Em 1942, portanto, o Estado-Maior do Exército elaborou o anteprojeto de criação da “Comissão de Coordenação das Forças Armadas para a Direção de Guerra”. Este esforço do Exército resultou, em 1946, na criação do Estado-Maior Geral (EMG), por meio do Decreto-Lei nº 9.520, de 25 de julho daquele ano<sup>5</sup>. O Estado-Maior Geral teve uma curta duração, sendo renomeado, em 1948, para Estado-Maior das Forças Armadas por meio da Lei 600-A, de 24 de dezembro de 1948<sup>6</sup>.

Com a criação do EMFA, que em suma se tornou uma assessoria direta ao Presidente da República, alterou-se a estrutura militar brasileira em situação de paz e mais ainda em situações de guerra, nos dizeres do almirante José Maria do Amaral, Ministro-Chefe do EMFA entre 1985 e 1986:

De acordo com a Constituição, o Presidente da República exerce o Comando Supremo das Forças Armadas e, como tal, estão a ele subordinados, diretamente, os três Ministérios Militares, aos quais cabe a execução dos encargos administrativos e operativos das respectivas forças. (BANHA, 1987, p. 15)

Seguindo a linha das mudanças em relação à cadeia de comando das Forças Armadas brasileiras, Paulo Banha nos mostra a nova configuração que entrou em vigor em 1946:

O Presidente da República dispõe, portanto, de dois órgãos de assessoramento militar imediato que são o EMFA e o Alto Comando das Forças Armadas (ACFA) – este quando convocado. Em caso de guerra, esta Estrutura Militar ficará mais complexa, incluindo-se nela todos os Ministérios, os Comandos dos Teatros de Operação, O Comando Aéreo, as Zonas de Defesa, o Comando de Defesa Aérea Brasileira, um número variável de Forças Especiais, todas as forças a eles subordinadas etc. (BANHA, 1987, p. 15)

As funções do EMG, no início, não estavam bem desenhadas, já que era muito novo na esfera da administração militar brasileira. O decreto de sua criação traz de forma sucinta as atribuições do órgão em seus primeiros artigos:

Art. 1º O Estado Maior Geral tem por objetivo preparar as decisões relativas à organização e emprêgo em conjunto das Fôrças Armadas e os planos

---

<sup>5</sup> Ver BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.520, de 25 de julho de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9520-25-julho-1946-417643-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31/10/2023.

<sup>6</sup> Ver BRASIL. Lei 600-A, de 24 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-600-a-24-dezembro-1948-367081-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 01/11/2023.

correspondentes. Além disso, colabora no preparo da mobilização total da Nação para a Guerra.

Art. 2º O Estado Maior Geral, que é chefiado por um Oficial General, de qualquer das Forças Armadas, da livre escolha e nomeação do Presidente da República. (BRASIL, Decreto-Lei nº. 9.520, de 25 de julho de 1946)

A falta de detalhamento das atribuições da assessoria tornou-se um problema a ser administrado pelos seus comandantes que não conseguiram unificar, sob um único comando, as três forças que pensavam de forma particularizada sua atuação institucional. Faltou-lhe, ainda, uma doutrina imperativa que unisse os objetivos comuns das forças em torno de um projeto de Forças Armadas articuladas em prol dos planos de defesa nacional. O problema que se impôs foi o particularismo com que os chefes militares administravam cada uma das forças, já que nenhum comandante queria perder poder e prestígio em sua atuação. A estrutura do Exército, por exemplo, que era e é a força que detém o maior contingente de tropas e de recursos financeiros, proporcionou a ele ser a âncora de fundação do órgão superior que tinha como missão administrar, em todos os aspectos, os assuntos inerentes à mobilização total para o esforço de guerra. Este esforço foi observado pelo então coronel Paulo Banha,

Embora não fosse possível ignorar no Brasil a exigência daquela coordenação, não se podia também desconhecer as dificuldades de integração decorrentes das particularidades de suas forças singulares e da cultura brasileira. Uma integração plena seria totalmente inconveniente, não só naquela conjuntura, como na atual. (BANHA, 1987, p. 29)

A solução para esta indefinição foi a de optar por um sistema que mantivesse a autonomia administrativa das forças singulares diante do novo órgão criado, ou seja, mesmo com a criação do EMG, as forças singulares ainda gozavam de Ministérios para administrar suas particularidades internas, sendo o EMG uma complementação no sentido de dar ao Brasil uma estrutura militar moderna e consoante ao que se praticava nos demais Exércitos do mundo, especialmente nos europeus e no norte-americano. Fora um jogo complexo, onde nenhuma das forças queria ceder poder, mas que com muito esforço podemos observar um sucesso na implementação da assessoria superior que não se limitou a atuação burocrática, pelo contrário, utilizou-se do prestígio conquistado para dar ênfase aos projetos mais urgentes que beneficiariam as três forças singulares como é o caso do problema enfrentado com o combustível líquido, na observação do Presidente Dutra em mensagem ao Congresso Nacional:

A sua contribuição para a solução do problema do combustível líquido, que não se limitou a atender apenas os aspectos técnico-militares, mas também às exigências nacionais; a orientação dada aos representantes brasileiros na Junta Interamericana de Defesa e na Conferência de Bogotá; a tarefa de unificar os

métodos e processos usados nas Comunicações e a obra de coordenação do Sistema Militar Brasileiro. (DUTRA apud BANHA, 1987, p. 31)

Portanto, o EMFA foi se incorporando de forma positiva junto aos comandantes das forças singulares, fato que pôde ser comprovado com a criação de uma escola superior que servirá de base para a formação de oficiais mais qualificados das três forças. Discorreremos sobre a Escola Superior de Guerra em tópico específico, dada sua importância para a cultura de aprimoramento militar que estava em curso no Brasil.

O Estado-Maior do Exército, sob a chefia do general Góes Monteiro entre 1937 e 1943, exerceu grande influência na criação do EMG e, posteriormente, na do EMFA, já que a base da doutrina militar que compôs os ideais destes órgãos adveio, em parte, do pensamento formulado pelo general. A necessidade de integração das Forças Armadas, a criação de uma escola superior e a ampliação da influência militar, além dos elementos de coesão, disciplina e hierarquia constituíram a base do ideário defendido por Góes Monteiro. O que entendemos, portanto, é que a atuação do EMFA fora exitosa pois incorporou esse ideário a sua esfera de ação no sentido de profissionalizar, institucionalizar e equipar as Forças Armadas do Brasil, seguindo o modelo de nações desenvolvidas que dispunham de grandes exércitos. No entanto, não se pode falar que a criação do EMFA, sob os ideais de Góes Monteiro, conseguiu por fim ao envolvimento dos militares na política. Exemplo disso é a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência, em 1945, a candidatura do marechal Lott à presidência em 1960 e as diferentes tentativas de golpe institucional contra os governos de Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, evidenciando que a política continuou a ser um expediente próximo aos militares, especialmente na alta oficialidade.

### **3.2 A Escola Superior de Guerra na modernização das Forças Armadas brasileiras**

A fundação da Escola Superior de Guerra, por meio da Lei 785, de 20 de agosto de 1949<sup>7</sup>, foi um marco importante quando se pensa em organização do ensino militar e na formulação da Doutrina de Segurança Nacional. A escola privilegia uma abordagem onde os treinamentos são voltados ao aperfeiçoamento em temas como a preparação para a guerra, os desafios tecnológicos que se impõe aos planos do Exército e a uma doutrina

---

<sup>7</sup> Ver BRASIL. Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1930-1949/L785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm) Acesso em: 02/11/2023.

militar autônoma que sirva de base para as três forças singulares. Mais importante, o artigo 1º, da lei de criação da ESG, estabeleceu a escola como um “instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”<sup>8</sup>. Assim, a ESG se tornou um centro de estudos civil e militar, com ênfase no planejamento da segurança nacional e no desenvolvimento do país e objetivou a preencher as lacunas históricas de que os militares não estavam preparados para enfrentar os problemas da nação (MARTINS FILHO, 2020, p.105-107).

As atribuições da ESG estão dispostas em seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949<sup>9</sup>. Quanto aos estudos pertinentes à escola, o regulamento elenca uma série de prerrogativas dividido em três campos de atuação, dentre as quais é imperativo destacar:

Art. 3º Os problemas estudados na ESG versarão principalmente sobre:  
a - Assuntos Nacionais: Análise dos problemas básicos que interessam ao desenvolvimento do potencial nacional.  
b - Assuntos Internacionais: Estudo da política exterior e sua coordenação com as necessidades da segurança nacional. Tendências mundiais. Problemas internacionais, principalmente os referentes ao hemisfério ocidental.  
c - Assuntos Militares: Emprêgo de forças combinadas. Determinação do valor das forças armadas necessárias à execução da política nacional na paz e na guerra. Planejamento estratégico. Mobilização nacional. (BRASIL, Decreto nº. 27.264, de 1949)

O contexto de criação da Escola Superior de Guerra foi o de disputas e polaridades. No âmbito internacional, os blocos capitalista e socialista, liderados respectivamente pelos Estados Unidos da América e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estavam na emergência da Guerra Fria. No cenário interno, a Constituição de 1946 delineou uma democracia representativa liberal no Brasil, com pluralidade partidária, participação política ampliada e competição eleitoral (DELGADO, 2020).

A principal discussão, dentro das Forças Armadas, dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade brasileira, no contexto do final da década de 1940 e início dos

---

<sup>8</sup> Ver BRASIL. Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1930-1949/L785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm) Acesso em: 02/11/2023.

<sup>9</sup> Ver BRASIL. Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27264-28-setembro-1949-452591-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16/11/2023

anos de 1950, foi em torno da questão do petróleo. Enquanto um grupo, denominado de nacionalista, pregava que a exploração dos recursos naturais deveria ser função do Estado, sem intervenção estrangeira, outro grupo, denominado de entreguista, defendia que o Brasil não tinha condições técnicas nem administrativas para explorar o petróleo, portanto, deveria dar abertura para a participação de empresas estrangeiras na exploração do produto.

As disputas entre “nacionalistas” e “entreguistas” acirravam-se. Apesar do fim da ditadura do Estado Novo abrir a discussão para a sociedade, o maior embate se dava dentro do Clube Militar, principalmente pela questão do petróleo. Para os militares, o petróleo era uma questão de Segurança Nacional. (TIBOLA, 2007, p. 34)

É importante deixar claro que o ideário da ESG não foi hegemônico entre os militares, mas sim uma linha de pensamento dentro das Forças Armadas. No entanto, fora a doutrina que se construiu dentro da escola que possibilitou a coesão do pensamento militar. A fundação da Escola Superior de Guerra considerou uma série de fatores, dentre eles a aproximação com os EUA e a nova configuração da geopolítica internacional. Este dado é importante, pois a Doutrina de Segurança Nacional muito se apoiou no discurso ocidental, cristão, capitalista, democrático e anticomunista, liderado pelos norte-americanos. O alinhamento com os EUA, apesar da forte influência que este país teve na modernização do Estado-Maior do Exército, não era total e nem a escola servia de mero reprodutor do pensamento da potência estadunidense, no entanto, sua fundação teve como modelo a escola superior do Exército dos EUA.

Nesse sentido, é necessário evidenciar a influência norte-americana na idealização da Escola. A ESG foi um momento de organização de um pensamento já existente no interior das Forças Armadas, cujas bases eram reconhecíveis na própria ação de Góis Monteiro. A idéia de fundar uma instituição que desse conta de “diagnosticar os problemas nacionais” teve uma inspiração nas *College Wars* norte-americanas. (TIBOLA, 2007, p. 35)

Artigo publicado pela ESG complementa tal afirmação:

É certo que a Escola Superior de Guerra surgiu da experiência da Força Expedicionária Brasileira, na segunda Guerra Mundial, diante da aplicação do conceito de “Guerra Total” ou como se preocupava o Almirante Castex sobre a “unidade da guerra” – que apresentava outros tipos de ações planejadas, coordenadas e dirigidas. As nações beligerantes teriam a integralidade dos seus recursos envolvidos no conflito. Era a consciência do Poder Nacional. Percurso de análise, reinterpretções, novas tendências para os quadros teóricos da realidade brasileira. Tomados todos os fatores em consideração, tal problemática teve sua consequência: a necessidade de se criar no Brasil um instituto de grande envergadura intelectual, compatível com o avanço do mundo moderno. Muda-se a mentalidade, mantendo os componentes primordiais do organismo da nação: o homem, a terra e as instituições. (*Revista da Escola Superior de Guerra*. Ano XVI – nº. 38 – 1999, p. 8)

O alinhamento com os Estados Unidos da América foi o ponto de partida para a criação da ESG, no entanto, não se pode aferir que as influências trazidas da Escola norte-americana se limitaram ao conteúdo técnico e bélico, mas, pelo contrário, encontra-se um forte componente ideológico em suas bases institucionais e a geopolítica ocupou um grande espaço dentro da doutrina formulada no seio da ESG. O conflito ideológico que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial serviu de base para a criação do discurso do inimigo interno, ou seja, o comunismo e os comunistas dentro e fora do Brasil.

Nesta perspectiva, Shiguenoli Miyamoto afirma:

O limiar da Grande guerra e o advento da Escola Superior de Guerra vão imprimir uma nova direção aos estudos geopolíticos. De um lado surge uma nova geração de estudiosos: entre outros, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, João Baptista Magalhães, Waldyr Godolphin e Aurélio de Lyra Tavares. Por outro lado, o clima de guerra fria reinante e o perigo do 'inevitável confronto' entre ocidente democrático e o mundo comunista vão influenciar decisivamente os novos estudos. Nesse período vai surgir a instituição que se convencionou designar como laboratório ideológico das Forças Armadas brasileiras. (MIYAMOTO, 1995, p. 77)

Portanto, o enfoque dado à Escola era a de uma instituição superior onde se pudesse ter acesso ao mais moderno ideário militar e que os militares pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos em prol do fortalecimento das Forças Armadas e da nação. Dois fatores, dentre outros, foram marcantes ao diferenciar o *War College* norte-americano da recém-criada ESG. Primeiro, a inspiração positivista fora de grande importância nas bases institucionais da escola; segundo, a incorporação de civis nos cursos na ESG também a diferenciava da rígida estrutura norte-americana.

Os conceitos incorporados na criação da ESG, advindos dos EUA, tiveram que ser adaptados à realidade nacional, especialmente os termos segurança e desenvolvimento. O conceito segurança nacional foi interpretado como um modelo para enfrentar os problemas nacionais como um todo, associando tanto as questões sociais, políticas, econômicas e culturais quanto as questões militares. Rapidamente, a escola se tornou referência em soluções para os entraves nacionais e, conseqüentemente, para os obstáculos das Forças Armadas.

O general Cordeiro de Farias, que comandou a ESG entre 1949 e 1952, afirmou ao passar a direção da escola ao general Juarez Távora<sup>10</sup>:

---

<sup>10</sup> FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Discurso por ocasião da passagem do comando da ESG ao Gen. div. Juarez do Nascimento Fernandes Távora – 11/12/57. In *Revista da Escola Superior de Guerra* – V. 1, nº. 1 (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de documentação, 1983, p. 214.

a posição internacional, a situação econômica, os fatores psicológicos e militares, enfim os alicerces da Política das duas nações americanas é que tem que nortear os estudos das suas escolas, COLIMAREM os mesmos propósitos. Não podíamos, nem devíamos, pois, copiar o “War College” muito embora fosse e até hoje seja ele o nosso grande inspirador. Assentado o rumo nessa direção coube-nos, também, outra escolha delicada. Nossos estudos poderiam ter duas bases. Uma, com predominância de parte teórica, que nos parecia mais fácil, de vez que tínhamos à mão copiosa documentação, alicerçada nas experiências e pesquisas alheias; outra, que se nos apresentava mais complexa, mas com um sentido mais realístico e que consistia no estudo, o mais a fundo possível dos problemas brasileiros. (FARIAS apud TIBOLA, 2007, p. 42)

A DSN surgiu como um instrumento de proteção contra a crescente influência do comunismo no mundo, portanto,

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional. (COMBLIN, 1978, p. 55)

A Escola Superior de Guerra foi eloquente na tarefa de reelaboração do DSN vindo dos EUA, além disso, acrescentou outros fatores importantes como o conceito de guerra revolucionária<sup>11</sup>, que vai permear grande parte das obras produzidas na instituição, e o conceito de geopolítica<sup>12</sup>, com a contribuição do general Golbery do Couto e Silva. No bojo teórico dessa reformulação estavam os elementos de segurança, geopolítica e desenvolvimento econômico nacional como eixos norteadores da doutrina. A guerra revolucionária merece especial atenção, visto que fora a justificativa central dada pelos teóricos da ESG para as delimitações usadas na DSN. Segundo o *Manual básico da ESG*:

A guerra revolucionária, bem como a guerra insurrecional, faz parte de um tipo de estratégia militar, a guerra não declarada, que tem como cerne a agressão indireta e subversão interna, provocada pelo “inimigo interno”. Estas são as definições para as duas modalidades de guerras não declaradas: A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. (BRASIL. *Manual básico da ESG*, 1976, p. 78)

---

<sup>11</sup> A ESG publicou, em seu *Manual básico*, a definição de guerra revolucionária: uma doutrina elaborada por teóricos marxista-leninistas e explorada por movimentos revolucionários diversos, para assenhorear-se do poder por meio do controle progressivo, físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas particulares, apoiando-se em uma ideologia e desenvolvendo-se segundo um processo determinado; ajusta-se a todas as formas de guerra (BRASIL. *Manual básico da ESG*, 1976, p. 91-92).

<sup>12</sup> A geopolítica surgiu enquanto campo de estudo no final do século XIX e início do século XX, tendo como função primordial servir como um instrumento estratégico aos Estados que estavam em busca da conquista de novos mercados para o seu desenvolvimento capitalista, inseridos na dinâmica do imperialismo. Assim, a geopolítica passou a ser considerada vital para a construção da política estratégica nacional.



Quando da fundação da ESG os militares, cientes de suas deficiências institucionais e técnicas, entendiam que o aprendizado com os civis, especialmente na área econômica, seria de grande valia para aperfeiçoar o novo centro de estudos. A ESG tentou se desvincular do conceito de defesa nacional, adotando a “segurança nacional” como elemento de maior alcance para o enfrentamento dos desafios que estavam postos diante do cenário de polarização internacional e de seu reflexo na política nacional.

O próprio conceito-chave de “segurança nacional” procurava diferenciar-se da ideia clássica de “defesa nacional”, cuja conotação mais estreita os fundadores da ESG queriam evitar. A noção de “segurança”, mais ampla que a de defesa, se originava da ideia norte-americana da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos de urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares. (MARTINS FILHO, 2020, p. 106)

Outro teórico militar de envergadura quando se pensa em estudos sobre a DSN é o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro que, em sua contribuição, trouxe o conceito de guerra total e de nação armada para serem incorporados à realidade brasileira. A Intentona Comunista foi um momento de grande valia para o general, já que por meio do discurso do inimigo interno e externo, pôde o governo Vargas colocar em vigor a Lei de Segurança Nacional de 1935<sup>13</sup>, que trazia uma série de ações punitivas para aqueles que atentassem contra seus preceitos. O artigo 10º desta lei é salutar para demonstrar a preocupação com a sedição.

Art. 10. Incitar militares, inclusive os que pertencerem a policias, a desobedecer á lei ou a infringir de qualquer fôrma a disciplina, a rebelar-se ou desertar.

Pena - De 1 a 4 annos de prisão cellular.

Parapho unico. Nas mesmas penas incorrerá quem:

- a) distribuir ou procurar distribuir entre soldados e marinheiros quaesquer papeis, impressos, manuscritos, dactylographados, mimeographados ou gravados, em que se contenha incitamento directo á indisciplina;
- b) introduzir em qualquer estabelecimento militar, ou vaso de guerra, ou nelles procurar introduzir semelhantes papeis;
- c) affixal-os, apregoal-os, ou vendel-os nas immediações de estabelecimentos de character militar ou de logar em que os soldados se reunam, se exercitem ou manobrem. (BRASIL, Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935)

O que se observou nos manuais teóricos da ESG, portanto, para além de uma reelaboração da Doutrina norte-americana, foi a reestruturação do ideário pregado por Góes Monteiro, especialmente no que concerne a Lei de Segurança Nacional e o conceito

---

<sup>13</sup> Ver BRASIL, Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em: 17/11/2023

de nação armada, muito utilizado pelo general que acreditava na missão institucional do Exército enquanto promotor da ordem interna. Um exemplo dessa incorporação se dá pela atuação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX)<sup>14</sup>:

Um aspecto característico dessa incorporação é a definição da Missão do Exército pelo SIPLEX: uma instituição pública e permanente e que só pode realizar aquilo que estiver previsto na lei. Nesta definição fica clara a materialização da Doutrina Góes: a ação política de matriz institucional, e o Exército moderno repousando em bases políticas fixas, para ser o instrumento de força da Nação, inviabilizando qualquer possibilidade de ingerência militar individual na política. (SILVA, 2012, p. 157)

A partir da década de 1960 um novo elemento surgiu nos conceitos doutrinários da DSN, o desenvolvimento. Para os teóricos, a segurança nacional estava amplamente atrelada ao desenvolvimento, não sendo possível a um Estado ser soberano e seguro sem se apossar do controle de seu crescimento econômico. O binômio segurança-desenvolvimento fez crescer nos países subdesenvolvidos o medo de o comunismo os atingir em detrimento de sua condição econômica desfavorável, por isso os meios militares instituíram o que, em sua visão, era o passo mais decisivo para uma nova política econômica: uma estratégia de desenvolvimento econômico que prezasse pela instalação de indústrias que passassem, prioritariamente, pelos interesses militares, assim:

Com essa nova aquisição ao seu corpo doutrinário, a reelaboração da DSN feita pela ESG foi designada “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”. Esses dois conceitos passaram, dessa forma, a ser utilizados durante o período da ditadura brasileira como legitimadores tanto das políticas econômicas vinculadas à exploração dos trabalhadores e à associação a empresas multinacionais e ao capital internacional quanto das técnicas repressivas que foram postas em prática contra os “inimigos internos” que estavam impossibilitando o desenvolvimento do país. (FERNANDES, 2009, p. 21)

Não podemos deixar de citar o general Golbery do Couto e Silva que foi o maior articulador, dentro da ESG, da temática da geopolítica, conceito que muito influenciou os preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, haja vista que “a geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da Guerra Fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN” (FERNANDES, 2009, p.22). O general Golbery postulava em suas obras que o Brasil era o predestinado, na América Latina, a assumir a posição de grande líder regional, que tinha uma grande missão ao lado dos países ocidentais na luta contra

---

<sup>14</sup> Apesar de muitos autores defenderem que o ideário de Góes Monteiro constituiu na formulação da Doutrina de Segurança Nacional, optamos, neste trabalho, por não refletir tal conclusão, sem excluir, porém, a grande influência do ideário do general Góes Monteiro para a constituição da DSN e do moderno pensamento militar brasileiro.

o comunismo, afinal “o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos” (SILVA, 1981, p. 226). As teses do general se incorporaram ao ideal dos militares brasileiros que acreditavam na posição estratégica que o Brasil ocupava no contexto da América Latina, sendo preciso aplicar o conceito de segurança nacional de forma generalizada. Para o general, o Brasil corria um grande risco e os Estados Unidos da América tinham uma condição privilegiada de nos ajudar no combate ao comunismo.

Com a instituição do EMFA, imaginava-se que somente este órgão pudesse concentrar as atividades de planejamento e estudos técnicos das Forças Armadas, mas, como vimos no decorrer deste trabalho, fez-se necessário a criação de uma escola superior onde pudessem ser feitos estudos sobre os mais diversos temas que tinham a ver com as aspirações militares e da nação. Portanto, a ESG uniu esforços com o EMFA em variados assuntos, com grande importância para a construção da Doutrina Militar Brasileira<sup>15</sup>, visto que o pleno funcionamento da ESG, e particularmente do CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), favoreceu o desenvolvimento da Doutrina Militar e da Doutrina de Emprego Combinado das Forças Armadas (BANHA, 1987).

O que estava em jogo, para o estabelecimento da Doutrina Militar Brasileira, era a concepção de guerra que alterasse a percepção dos militares e da sociedade brasileira acerca da guerra moderna e de seus desdobramentos. Então, a sua concepção de guerra tinha que assentar na inviolabilidade de suas fronteiras, terrestres, aéreas e marítimas, e admitia ofensivas locais (BANHA, 1987). Neste sentido, tiveram as Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra um papel central na política de defesa nacional sendo que “O Estado-Maior das Forças Armadas, no traçado das bases, visa à organização de meios para operações estratégicas singulares, combinadas e de atuação própria de cada uma das forças e para atividades de paz, tudo dentro das hipóteses de guerra” (BANHA, 1987, p. 245).

---

<sup>15</sup> Segundo a ESG, a Doutrina Militar Brasileira é o conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções estratégicas, de normas, de métodos e processos que têm por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (BRASIL, Política Nacional de Defesa, 2011). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod\\_resource/content/1/pnd\\_end\\_congresso .pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod_resource/content/1/pnd_end_congresso.pdf)  
Acesso em: 16/11/2023.

Portanto, o papel da ESG passou a ser de complementariedade quando se pensa na atuação em conjunto com o EMFA, tendo em conta que as duas instituições produziram estudos. No entanto, a ESG se qualificou em estudos técnicos sobre as deficiências da nação, em especial as das Forças Armadas. Por isso, a abertura para civis foi vista como um ato de “humildade” institucional, pois partiu-se da premissa de que os civis muito tinham a acrescentar em termos de altos estudos, com notório destaque a área de desenvolvimento econômico: nas primeiras turmas da escola, 50% dos alunos eram civis.

### **3.3 Góes Monteiro, o nacionalismo e a integração das Forças Armadas**

Para entendermos a influência de Góes Monteiro na remodelação do Exército e na criação do Estado-Maior das Forças Armadas é preciso observar os discursos que o influenciaram, entre eles estão as ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Na leitura de Luiz Carlos Tomaz Silva, Alberto Torres considerava o Estado Liberal falido e, como consequência, o Estado era fraco e desorganizado.

A democracia social só pode ser concretizada, contudo, por meio de um regime forte, pois considera que a democracia somente é possível por meio do autoritarismo. Este pensamento de Torres tem por fundamento a ideia do evolucionismo social positivista, que entende o Estado como solução e caminho para um futuro definido pela racionalidade. (SILVA, 2019, p. 42)

As ideias de Torres, portanto, se baseavam no nacionalismo autoritário como o propulsor do desenvolvimento nacional, sendo ele garantidor de riquezas para a nação. A experiência liberal e descentralizada da Primeira República, para este autor, foi a expressão da fragilidade da sociedade brasileira que carecia de um Estado centralizado. Por isso “era preciso um Estado forte e tecnicamente capaz para fazer, de forma verticalizada, o que a vivência social não havia feito” (TORRES, apud SILVA, 2019, p. 43).

Para Oliveira Vianna, o que esfacelava o Estado brasileiro desde sua criação era o individualismo pregado pelo liberalismo. Segundo o autor, a sociedade precisava se unir em torno de um projeto comum, solidário, em que o Estado agisse com braço forte para sua implementação. Vianna defendia um projeto de nação onde as corporações exercessem comando sobre as decisões individuais em que se preconizava o centralismo nacional, portanto,

Oliveira Viana expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal, dirá ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua não possuindo uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Assim, concluiria Oliveira Viana, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. (PAIM, 1999, p. 29)

Outra importante referência teórica para Góes Monteiro, ligada aos meios militares, foi o general prussiano Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz. A doutrina deste general discorreu sobre a compreensão de que a guerra faz parte da política e serve para explicar as ações políticas como um todo. Esta concepção influenciou o modo como Monteiro passou a enxergar a guerra e o conceito de guerra total, muito utilizado por Góes Monteiro, foi baseado nas concepções de Clausewitz (SILVA, 2019, p. 17).

Segundo o general Góes Monteiro,

contemporaneamente, as nações fortes procuram resolver suas pendências internas – dificuldades econômicas e questões político-sociais – à custa das nações mais fracas e mais desprevenidas, do mesmo modo que, em outras eras mais recuadas, a causa original fixa, sempre foi disfarçada com pretextos e competições civilizadoras diversas, e até religiosas e raciais. As doutrinas que se ligam às lutas travadas entre os povos e as nacionalidades variam assim consideravelmente. No tempo e na substância, porém, ainda persistem fatalmente, nos processos de difusão e na finalidade que conduz, a mesma absorção ou domínio do mais forte sobre os mais fracos, seja no campo material, espiritual ou político. (MONTEIRO, 1934, p. 127-128)

As nações que não se preparam para a guerra estariam fadadas a servirem aos interesses das nações poderosas, por isso, Góes Monteiro atribuiu tanta importância ao preparo para a guerra, visto que o imperialismo era o resultado do poder militar acumulado por países ricos e nossa nação, até aquele momento, estava à mercê do destino quando se fala em potencial bélico. E isto era alvo de grande perturbação dentro das Forças Armadas.

A organização militar do país deve ser aparelhada de modo que atenda eficazmente às exigências da guerra, que é a sua suprema finalidade, e se torne, sobretudo, capaz de: utilizar, num prazo mínimo, os recursos de que pode dispor; empregar, tanto quanto possível, todos os recursos nacionais em homens, animais e material de toda espécie. [...] Cumpre, porém, interessar a Nação pelo instrumento de sua defesa. Na guerra, não é o Exército que se mobiliza, é toda a Nação, que, mobilizando integralmente suas forças vivas, se vai bater. [...] Na futura guerra – as surpresas aéreas, eletro-químicas e mecanização poderão exceder a qualquer previsão. Não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido de meios industriais e de técnicos-especialistas

deverá sentir a iminência de um conflito armado. (MONTEIRO in SILVA, 2019, p. 48-49)

Para os problemas nacionais, o general Góes Monteiro apresentava uma série de soluções que incluíam a promoção à indústria nacional, planos que regulassem a educação cívica, física e moral e a organização sindical. Góes chegou mesmo a lamentar-se por não ter sido fundado um partido social-nacionalista, já que se guiava pelo caminho desta corrente doutrinária que enxergava o controle total, pelo Estado, dos elementos da vida civil e militar.

A história ensina que nenhum povo pode vencer as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, quando chega ao apogeu, à plena prosperidade econômica, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação; no nosso caso, é preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como, transição, o partido único, nacional. (MONTEIRO apud PINTO, 1999, p. 297)

Ainda sobre a função das Forças Armadas, o general pregava um controle total dos instrumentos da organização para o encaminhamento dos assuntos do país, alterando a missão das Forças Armadas que passou a ser vista como força construtora, extrapolando suas funções originais e transformando-se em um órgão essencialmente político, encarregado da política verdadeiramente nacional, de que emanam a doutrina e o potencial de guerra. Para o general Góes, as Forças Armadas eram a espinha dorsal do Estado e “têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas” (MONTEIRO, apud SILVA, 2019, p.18).

O general defendia um Exército bem organizado para servir como um poderoso instrumento para a educação do povo, consolidando o espírito nacional de um Estado forte. Uma máxima do general, encontrada em diversas obras, era a de que um Exército forte sustenta um Estado forte. Este pensamento pode ser observado com a instalação do Estado Novo, quando o Exército sofreu uma reestruturação antes de 1937 para tornar-se o braço de apoio ao governo autoritário.

Essa perspectiva ajuda a compreender as reformas levadas a cabo por Góes e Dutra, a partir das quais o Exército passou a reivindicar o papel de formador da cidadania e da nacionalidade brasileira. Mais do que formar reservas, o serviço militar se apresentava como essencial para a nacionalização da política, para o controle social e para a racionalização da produção. O modelo do “grande mudo” e o drama do Exército convulsionado pelas agitações políticas deveriam dar lugar a um projeto intervencionista controlador, o qual

apresentava os militares como os verdadeiros e únicos guardiões da República – moralizada, moderna e industrial. (SVARTMAN, 2006, p. 150)

Quanto aos fatores políticos, o general Góes colocou a culpa no federalismo liberal e na descentralização política da Primeira República como fonte dos reais problemas da nação. Segundo ele, o Brasil era um corpo sem alma, fruto do poder desmedido que a Constituição de 1891 concedeu às unidades federativas. As facções políticas estaduais estavam levando o país à desunião e ao abismo, não sendo possível um projeto de nação enquanto perdurasse o poder das oligarquias regionais, visto que “a burguesia brasileira não abria mão de privilégios em benefício da nação e persistia, a despeito da comprovada falência do regime, na intenção de reproduzir seus erros, que causaram os males cuja origem é a democracia liberal” (MONTEIRO apud SILVA, 2019, p. 52). Os partidos políticos, para o general, estavam fadados a representar o interesse individual das elites que os comandavam, sendo assim, não seria possível que tais instituições contribuíssem para o desenvolvimento da nação, cabendo às Forças Armadas regular o funcionamento das instituições se afastando da política, visto que ao militar era incompatível a atuação na política, que, em suma, era o veneno mais eficaz para matar o espírito de coesão e disciplina dentro das forças militares.

Desde a famosa “Utopias” de Platão que esse conceito vem sendo afirmado no terreno doutrinário e na prática. É sabido ainda que muito mais prejudiciais são as incursões da política partidária, dentro das fileiras das forças armadas, para desvia-las do seu papel ou transforma-las em instrumento activo ou passivo de seus objetivos e apetites, sendo certo que em muitos países, cujo regime a isso se presta, essa invasão tem se dado em maior ou menor escala, mas sendo absolutamente certo que o resultado é sempre fatal para as classes armadas e para a Nação. (MONTEIRO in SILVA, 2019, p. 53)

Portanto, podemos concluir que o ideário defendido por Góes Monteiro exigia uma nova atuação das Forças Armadas na sociedade, onde estas assumiriam para si o protagonismo na atuação da refundação do Estado brasileiro sob os princípios da disciplina, do nacionalismo, da centralidade política e da segurança nacional. Este último elemento é a chave para entendermos a doutrina estudada, pois, segundo Góes, a segurança nacional era o fator mais importante para uma nação e deveria ser a prioridade número um, porque a partir dela que se conjugavam as demais necessidades da nação. Segundo Góes Monteiro, a segurança nacional envolvia todos os elementos existentes em um país, sejam eles seu povo, sua política, sua economia e seu preparo para a guerra, já que:

uma Nação que não se prepara para a guerra, é uma Nação falida, é uma Nação vencida por si mesma, é aliada mais útil dos seus inimigos eventuais e prováveis. É uma aberração jurídica, uma diathese moral, que se pense

contrariamente, 'in abstracto', e se procede na prática fora daquela contingência e conformidade. (MONTEIRO apud SILVA, 2019, p. 55)

Considerados a narrativa expressa, entendemos que o ideário do general Góes Monteiro foi de grande monta para a reestruturação do Exército antes de 1937, quando ocupou o cargo de Ministro da Guerra (1934-1935) e durante o Estado Novo, ocasião em que foi chefe do Estado-Maior do Exército (1937-1943), e a fundação do Estado-Maior das Forças Armadas. Percebemos que as defesas do general Góes foram precursoras das concepções defendidas pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina de Segurança Nacional. Na segunda metade da década de 1940, as mudanças internacionais e nacionais aprimoraram e agregaram premissas para a consolidação dos conceitos de segurança nacional e desenvolvimento a partir das experiências de uma democracia representativa no Brasil.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar como o Exército, no decorrer da Primeira República estava imerso em constantes revoltas, mudanças e readequações. Analisamos a força militar sob a ótica organizacional, ou seja, o Exército com a titularidade sob as suas necessidades próprias e sobre o comando de seus atos, não sendo assim um mero serviente de facções políticas regionais. É válido destacar o tenentismo como o principal grupo reivindicatório dentro do Exército no período entre 1889 e 1930, considerando as implicações de suas ações para o Exército e a ressignificação da estrutura do poder nacional.

O movimento tenentista surgiu no interior do Exército, diante das demandas tipicamente militares e se expandiu para o meio social, onde os elementos de contestação partiram para a crítica ao sistema político republicano que, na concepção dos tenentes, somente a moral, como princípio regenerador fundamental para a reorganização da política, daria conta de resolver os erros cometidos na condução civil da política. O que se exacerbou com o movimento reivindicatório foi a já proeminente divisão interna dentro do Exército, onde rivalizavam os oficiais legalistas e os revoltosos. Em 1930 as contestações ao modelo da Primeira República viabilizaram a ação armada que resultou na ascensão de Vargas ao poder e na ampliação da atuação política do Exército.

Demonstramos também as características do falho sistema de recrutamento e treinamento militar, que ensejou, para a corporação, um atraso em termos de profissionalização. Os militares formados nas escolas da corporação não recebiam de um saber essencialmente castrense, o que representava um problema na formação dos oficiais para os desafios da modernização em curso no país. Para sanar tal problema, o Exército recorreu ao auxílio de forças estrangeiras europeias.

O pioneirismo no processo de modernização institucional das Forças Armadas pode ser creditado ao Exército, haja vista sua inexorável ligação com o aprimoramento de seu contingente. Partindo dos anos de 1910, o Exército entrou em uma espiral de mudanças que se consolidou no Estado Novo. O que percebemos, com este estudo, foi que a renovação institucional das Forças Armadas estava intimamente ligada ao processo de modernização da nação, sendo o Exército a força mais expoente no aproveitamento desses elementos inovadores, sendo auxiliado por forças estrangeiras na construção de uma instituição contemporânea. A modernização do Exército esteve imbrincada ao

desenvolvimento da nação pois este órgão exerceu influência nas decisões políticas que marcaram os rumos do país. Foi por isso que durante a ditadura varguista (1937-1945) o projeto do novo Exército coadunava com os mesmos elementos da macropolítica nacional, fato que pode ser comprovado pelas falas do general Góes Monteiro sobre os objetivos da nação terem que ser os mesmos do Exército e vice-versa. Tal afirmação comprova-se também quando observamos que o projeto econômico que vigorou no Brasil foi influenciado pelas discussões técnicas dentro do Estado-Maior do Exército, sendo a estruturação das indústrias de base uma preocupação proeminente do Exército.

Entendemos que a atuação o Estado-Maior do Exército pode ser dividida em três momentos distintos: o primeiro, a partir do final da Monarquia até o fim da Primeira República; o segundo teve início nos anos de 1930; e o terceiro ocorreu durante o Estado Novo. Ressaltamos que o EME, na primeira fase, teve um papel importante no que concerne aos esforços para a modernização do Exército, já que este órgão foi responsável pelo aprimoramento da força singular em termos de profissionalização e institucionalização dos métodos técnicos e burocráticos. Fora no seio deste órgão que se iniciou, ainda na Primeira República, o esforço para a disciplinarização dos contingentes do Exército. Sob o governo de Vargas, o Exército ocupou um novo papel na estrutura do poder nacional, sendo necessário, portanto, a transformação das estruturas da força singular. Este processo se deu no seio do EME que instituiu uma série de mudanças na estrutura de ensino militar, com os esforços do general José Pessoa. Como Ministro da Guerra, o general Góes Monteiro teve amplo espaço para pôr em prática seu plano de constituição de uma doutrina militar que reconfigurasse o Exército para atender aos ideais de disciplina, hierarquia e coesão.

Com o Estado Novo, o EME teve seu momento mais produtivo, ao passo que conseguiu instituir ao Exército uma estrutura de comando coesa e disciplinada, além de investir nos planos de defesa nacional. Neste sentido, o pensamento do general Góes Monteiro sobre o conceito de guerra total influenciou na atuação militar frente aos desafios impostos. Destacamos também a importância que o EME teve na consolidação da união das Forças Armadas, sendo que sua responsabilidade foi a de construir o esboço do Estado-Maior Geral, componente inovador da política de uso combinado das forças singulares. O Estado-Maior do Exército foi o elemento de reconfiguração das bases militares graças a influência política que os militares passaram a gozar a partir de 1930. Portanto, a modernização do Exército e, conseqüentemente das Forças Armadas, só pôde

ser exitosa porque o Exército ocupou uma posição de destaque na estrutura do poder nacional.

O uso combinado das Forças Armadas foi, portanto, o ponto alto do processo de modernização iniciado na Primeira República. Concluímos que o Exército teve o papel de maior destaque em prol da modernização das Forças Armadas, sendo esta força a responsável pela criação do órgão superior que colocou sob uma mesma ordem de comando as três forças singulares. As particularidades do processo de modernização institucional das Forças Armadas se deram em decorrência do novo pensamento militar que se estabeleceu a partir dos anos de 1930. O Estado Novo fora um grande laboratório para o Exército, já que este experimentou uma nova política militar, prezando pelos elementos militares de coesão, disciplina e hierarquia. O general Góes Monteiro desempenhou um papel importante nessa nova política militar, já que as formulações que compõe tal esforço foram de sua autoria. O pensamento deste militar não influenciou somente o Exército, mas serviu de guia para a união das forças militares e para a formulação de uma Doutrina Militar, que foi posteriormente incorporada pela ESG ao esforço de reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. A fundação da ESG foi fruto do esforço das Forças Armadas, por meio do EMG, que planejaram a escola para aprimorar o ensino militar no Brasil, dando ênfase aos estudos que se dedicavam aos assuntos sensíveis, demonstrando a proficiência das Forças Armadas nos mais diversos assuntos de interesse da nação.

O produto desta pesquisa foi compreender melhor a noção da modernização das Forças Armadas e seu entrelaçamento com o ideal de modernização da nação brasileira, capitaneada pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro a partir de 1930. Nossa contribuição, portanto, reside na ideia de que não podemos compreender o processo de modernização que ocorreu no Brasil, principalmente entre 1930 e a década de 1950, sem considerar as mudanças ocorridas no interior do Exército e das demais forças militares, tendo em vista que, em certos momentos, as instituições políticas e militares se uniram em torno de objetivos comuns.

## FONTES

Atas do Conselho Superior de Segurança Nacional. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16hLMRLh-kOHsU7zmZ4UFGGr2DxsXp5Q9E/view?usp=sharing> Acesso em: 02/11/2023.

BRASIL. Decreto nº. 25.705, de 22 de outubro de 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25705-22-outubro-1948-340304-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16/11/2023

BRASIL. Decreto nº. 27.264, de 28 de setembro de 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27264-28-setembro-1949-452591-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16/11/2023

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13/11/2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.520, de 25 de julho de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9520-25-julho-1946-417643-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31/10/2023.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos teóricos**. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano XVI – nº. 38. Rio de Janeiro: A Escola, 1999.

BRASIL. Lei nº. 600-A, de 24 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-600-a-24-dezembro-1948-367081-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 01/11/2023.

BRASIL. Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em: 17/11/2023

BRASIL. Lei nº. 403, de 24 de outubro de 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html> Acesso em: 23/10/2023

BRASIL. Política Nacional de Defesa, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod\\_resource/content/1/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687773/mod_resource/content/1/pnd_end_congresso_.pdf) Acesso em: 16/11/2023.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco. 1956.

ESTEVEES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília, 1996.

**Manual básico da ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior das Forças Armadas**. Brasília: EMFA, 1987.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

CASTRO, Celso (org.). **Exército e nação**: estudos sobre a História do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 127-153.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964- 1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FREIXINHO, Nilton. **Instituições em Crise**: Dutra e Góes Monteiro, duas vias paralelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

HAYES, ROBERT AMES. **Nação Armada**: a mística militar brasileira. Tradução de Darcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: vida e obra**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 9º. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 97-125.

McCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a História do Exército brasileiro**. Petrópolis: Editora Guararapes, 1982.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Editora Andersen, 1934.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **O Estrondo da Modernidade no Exército: as reformas curriculares e as revoltas militares na Primeira República**. Porto Alegre: Editora Unijuí, 2013.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. **Revista História Unisinos**. Rio de Janeiro, vol. 16 nº 3, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PAIM, Antônio. **Instituições políticas brasileiras: Oliveira Vianna**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Sérgio Murilo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 291-307.

SÁ, Alexandre Avelar de. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. **Revista Militares e Política**. Uberlândia, nº. 2, 2008.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3º. Ed. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3º. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Hélio. **A crise do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SILVA, Luiz Carlos Tomaz. **A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército, durante a Era Vargas (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2019.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Editora artenova s.a., 1971.


SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRS, Porto Alegre, 2006.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

VITOR, Amilcar Guidolim. **A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República**. **Revista Vozes**, Rio Grande do Sul: Pretérito & Devir. Ano VI, Vol. X, nº. 1, 2019, p. 59-78.

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Luan Guilherme Vermeuleu Lima, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Exército brasileiro, Góes Monteiro e o processo de modernização institucional das Forças Armadas” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

DocuSigned by:  
  
0B8374F73AEC424...

---

Luan Guilherme Vermeuleu Lima

Brasília, 23 de novembro de 2023.